

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA – SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA
NO DIA TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE.** -----

----- **ATA NÚMERO SETENTA E CINCO** -----

----- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e quinze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, Av. de Roma nº 14 L – Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Roque Alexandre, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva

Soeiro Figueiredo, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Miguel Martins Agrouchão, Romão da Conceição Batuca Lavadinho, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Anabela Pereira Martins da Silva, Rosa Maria Gomes Lourenço, Nelson Pinto Antunes, Patricia Caetano Barata e João Diogo Santos Moura.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS), Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD) e Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves (PSD).-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Ricardo Manuel Azevedo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Anabela Pereira Martins da Silva.-----

----- André Moz Caldas (PS), presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Lourenço.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Miguel Martins Agrouchão.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Batuca Lavadinho.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade Carvalho.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Floresbela Mendes Pinto (IND), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Luisa Flores de Moura e Regedor.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores: Graça Fonseca em representação da CML, Catarina Vaz Pinto, João Paulo Saraiva e José Sá Fernandes.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Carlos Moura, Madalena Brás Teixeira, Alexandra Barreiras Duarte e Paulo Quaresma.-----

----- Às quinze horas e dezassete minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, informam-me o serviço que já temos quórum na sala. Vamos começar a nossa sessão, agradeço que ocupassem os vossos lugares. -----
----- Estará em representação da Câmara, hoje, a Vereadora Graça Fonseca, e não temos intervenção do público porque é uma continuação de uma sessão ordinária, portanto, nos termos do Regimento não há intervenção do público. -----
----- Lembro os Senhores Deputados que para a semana, dia nove, que é uma segunda-feira, vamos ter audição pública sobre a alienação dos terrenos da antiga Feira Popular, às 18h30, aqui no Fórum Lisboa, e queria informar os Senhores Deputados e todas as pessoas presentes que porventura, nos estarão a acompanhar, que a proposta que vai ser discutida amanhã em sessão de Câmara já está disponível no *site* a proposta com toda a documentação. Ela foi alterada em relação à versão inicial por sugestão dos vários grupos de oposição na Câmara, e já está disponível. Vamos ver o que acontece amanhã, na reunião de Câmara. -----
----- Depois, irei enviar a todos os senhores representantes sobre como é que se deve desenrolar a audição pública, vou apenas fazer uma Conferência de Representantes para isso, mas enviar-vos-ei e depois recolhemos as vossas opiniões. -----
----- Vamos iniciar o PAOD, com a leitura do expediente que o Senhor Primeiro-Secretário vai fazer.” -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário** no uso da palavra, fez um resumo do expediente:
----- “Senhor Deputados Municipais como tem sido hábito, só para dizer, que naturalmente, o expediente está disponível e irei passar a ler: -----

-----**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**-----

-----**Iniciativas do Grupo parlamentar do PCP:**-----

----- 1 – Vários pedidos de Apreciação Parlamentar sobre sistemas multimunicipais de abastecimentos de água saneamento do Centro Litoral, do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo.-----

----- 2 – Pedido de apreciação Parlamentar do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de Maio, que “Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”.---

-----**JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA**-----

-----3 - Ofício dirigido ao Presidente do Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal sobre “Acessibilidades à estação da CP em Benfica”, dando cumprimento à Recomendação apresentada pelo Grupo municipal do PS, no mandato anterior e aprovada por unanimidade.-----

-----**ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**-----

----- 4 - Ata nº 14, da reunião ordinária da Comissão Executiva Metropolitana, no passado dia 2 de Junho.-----

-----**ASSOCIAÇÕES**-----

-----**Recebemos para conhecimento:**-----

-----**Fórum Cidadania Lx**-----

-----5– E-mail apresentando preocupação relativamente à Proposta apresentada á Câmara Municipal de Lisboa sobre a substituição da cobertura de Telha pelo Zinco.---

----- 6– E-mail enviado ao Presidente da Freguesia de Santa Maria Maior e à EGEAC,

relativo ao Caos no estacionamento na Colina do Castelo, reencaminhado à 8ª Comissão Permanente.-----

----- 7- E-mail enviado ao Diretor-geral do Património Cultural, com conhecimento relativo à recente reavaliação do Palácio Almada-Carvalhais.-----

----- 8- E-mail enviado ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e aos Presidentes das Freguesias de Santo António e Avenidas Novas, sobre os espaços verdes na Praça Marquês de Pombal, parcialmente destruídos no passado dia 17 de Maio.-----

-----**Plataforma em Defesa das Árvores:**-----

----- 9 - Pedido de esclarecimento dirigido a diversas Juntas de Freguesia sobre a previsão de mais alguma intervenção de poda ou de abate nas árvores na cidade de Lisboa e ainda, sobre a conservação e reparação do Jardim Nun'Álvares, pertencente à Junta de Freguesia da Estrela.-----

-----**MUNÍCIPE**-----

-----10 - Sr. Rui Beles Vieira sobre a remuneração dos professores em períodos de férias, feriados ou situações similares e o que isso significa para os mesmos, tanto na dignidade do trabalho como na motivação. A informação foi reencaminhada para a 7ª Comissão Permanente. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar agora, à aprovação das atas. Senhores Deputados, as atas que se encontram para aprovação. Portanto, hoje temos para apreciação as **atas 57, 58 e 60**.

----- Posto isto, iria pôr à vossa consideração as **atas 57, 58 e 60**. -----

----- Não vejo pedidos de palavra. Penso que podemos votar em conjunto. Vamos pôr à votação. Não há votos contra, abstenção do MPT, presumo que por não estar presente no período correspondente às atas que estamos a aprovar, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP, PAN e 6 IND. As **atas 57, 58 e 60** foram **aprovadas por maioria**. -----

----- Vamos então, dar a palavra aos Senhores Deputados para apresentarem as matérias do PAOD. -----

----- Queria fazer aqui duas retificações que pedia para constar na ata, o **Voto de Saudação nº 2/75-“Pela distribuição do prémio Mandela a Jorge Sampaio”**, é subscrito por mim e não é um Voto da Mesa. -----

----- E a **Mocção nº 5/75 - “Constituição de Plataforma Alargada para o Acolhimento e Integração de Refugiados em Portugal”**, é subscrita pelo Senhor Deputado José Leitão e por mim, e não pela Mesa. Portanto, quero estas duas correções para sermos rigorosos em relação aos documentos que deram entrada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra, informou o seguinte:-----

----- “Nesta segunda reunião ordinária do mês de junho, o Partido da Terra coloca à consideração do Plenário dois documentos que visam contribuir para dois temas determinantes de uma cidade que se intitula direcionada para os cidadãos. -----

----- Segundo dados de investigação de acidentes, num atropelamento a 30Km por hora, a probabilidade de morte é de um em dez. No entanto, quando a velocidade aumenta e passa par 50Km por hora, essa mesma probabilidade sobre para cinco em dez. E se for a 60Km por hora a probabilidade de morte é certa, ou seja, nove em dez. -

----- A Câmara Municipal de Lisboa é a entidade gestora da quase totalidade da infraestrutura rodoviária existente na cidade, acumulando a responsabilidade de concessão e manutenção da mesma. Possui igualmente, competências de fiscalização de trânsito no âmbito das disposições do Código da estrada e legislação complementar, podendo igualmente fiscalizar a velocidade.-----

----- Assim, através da Recomendação Nº 2/75, “Pela Redução da Sinistralidade e Suas Consequências”, o Partido da Terra apresenta, novamente, a esta Assembleia o tema da segurança rodoviária. -----

----- Apesar de aprovado por unanimidade, em setembro de 2014, passados mais de dez meses, o Plano de Estratégia Municipal de Segurança Rodoviária continua por desenvolver. Como um desses pilares deve ser o da fiscalização, recomendamos a criação de um projeto-piloto utilizando radares móveis de controlo de velocidade em avenidas e ruas especialmente, perigosas e conhecidas pela frequência de atropelamentos.-----

----- O segundo documento diz respeito à Política Educativa Municipal, em especial ao papel determinante das associações de pais e encarregados de educação na comunidade escolar. Elas desempenham várias responsabilidades, designadamente, como produtores da Componente de Apoio à Família ou da Atividade de Enriquecimento Escolar.-----

----- Quer no início, quer no final de cada ano letivo, e preparação, surgem episódios de falta de comunicação, exasperando instabilidade na comunidade escolar. Em 2014, foi a incerteza no funcionamento de alguns equipamentos no “Programa B a Bá”. No final deste ano letivo, tivemos na última sessão da Assembleia, no dia vinte e três, mais um relato de falta de comunicação numa escola de Benfica que não se compreende. -----

----- Sobre os restantes documentos, não posso deixar de referir alguma colagem na Recomendação Nº 4/75, do PEV, à Recomendação do MPT aprovada em vinte e oito de abril, com o título “Para uma melhor qualidade do ar na Cidade de Lisboa”, sabemos que a Câmara não responde com maior celeridade, mas três meses de distância para insistir novamente no tema, é manifestamente, pouco na nossa opinião. -

----- Os pontos deliberativos também não trazem grande inovação pois a Câmara já publica no seu site os dados da qualidade do ar, já promove os modos suaves e, relativamente à frota, apesar de existir muito a fazer, tem considerado os critérios ambientais na sua escolha. Pode sempre melhorar, mas manifestamente, não consideramos que seja nada de novo.-----

----- Destacamos também as recomendações relativas à Estação de Santa Apolónia, que se manifestam contra a ideia avançada pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, da construção de um jardim no local. O Partido da Terra é manifestamente, contra esta ideia peregrina pelo que acompanhamos positivamente as recomendações que

defendem a manutenção da função da estação como terminal de transportes ferroviários.-----

----- Por último, sobre a recomendação da Feira Popular, esta é quase a pergunta de um milhão de euros, o MPT já recorreu a uma recomendação, em dezembro 2014, e um requerimento para obter informação mas sem efeito. Num período em que o terreno estava prestes a ir a hasta pública, seria importante a Câmara responder a esta questão, onde será instalado o novo parque de diversões?-----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Dirijo-me a esta Assembleia para comentar algumas moções e recomendações apresentadas na sessão de hoje.-----

----- O CDS-PP partilha a preocupação demonstrada pela Recomendação N° 7/75, do BE, e recorro que o CDFS-PP tem insistido com o Executivo Camarário no sentido de avaliar o *timing* para a instalação da nova Feira Popular, bem como o seu modelo de funcionamento e viabilidade económica principalmente, o futuro local.-----

----- Recordo, também, que na sessão da Assembleia Municipal, de onze de março de 2014, o Deputado Municipal do CDS-PP, Diogo Moura, desafiou o então Presidente da Câmara, Dr. António Costa, a divulgar o local da futura feira, e se por acaso seria um dos três locais já vinculados noutros fóruns, nomeadamente, Parque da Belavista, Jardim do Tabaco e Parque das Nações. A resposta foi concreta e objetiva, afirmando que existia um terreno selecionado e que não seria nenhum dos indicados, mantendo assim o mistério sobre a localização.-----

----- Sabemos, também, que há dois meses o Executivo Camarário comprometeu-se a elaborar um estudo até abril de 2016, para selecionar a nova localização. No entender do CDS-PP, neste processo é preciso clarificar o seguinte:-----

----- Afinal, em 2014, se António Costa, Presidente, já tinha escolhido o local, tal como afirmava, qual a razão para que, exatamente, um ano depois, o atual Presidente Fernando Medina dizer que afinal, não há local escolhido e anunciar a realização de um estudo? Afinal qual é a posição oficial da Câmara Municipal?-----

----- Queremos saber o verdadeiro estado do processo. Vai manter o local escolhido por António Costa? Vai procurar um outro local? Se sim, qual a razão para a mudança de estratégia entre presidências quando o executivo é o mesmo?-----

----- Face a todas estas indefinições, acompanhamos a recomendação do BE, salientando acima de tudo que as várias alternativas sejam alvo de discussão pública e que tenham em conta o impacto urbanístico ambiental e de mobilidade que uma estrutura como a Feira Popular representa para Lisboa.-----

----- Relativamente, também a uma outra recomendação, também apresentada pelo BE, a Recomendação N° 1, sobre “A utilização do domínio público municipal pelos serviços de transportes públicos”, não compreendemos a proposta de criação de mais taxas, parece-nos uma interpretação errada e abusiva do domínio público, contraditória com o conceito de serviço público de transportes que deve favorecer os interesses da população lisboeta e utentes dos transportes. Votaremos contra esta

recomendação, não só em relação às deliberações, mas também, pelo espírito manifestamente contrário ao desenvolvimento de transportes mais acessíveis e a um contributo válido para a mobilidade em Lisboa. -----

----- Por fim, refiro aqui duas moções que são apresentadas sobre a Grécia. -----

----- O CDS-PP tem como princípio não trazer a esta Assembleia local temas de política internacional, mas também não se demite de debater ou até mesmo, criticar quem o faz de forma irresponsável como fica demonstrada pelas duas moções de pseudosolidariedade para com o povo grego. Se o povo grego merece toda a solidariedade, o Syriza não merece nenhuma. Recusamos ser solidários com um governo de extremistas de esquerda e de direita, que diz que não paga e que quer mais dinheiro, com quem não faz cedências e julga que todos nós temos que continuar a pactuar com chantagens e a pagar desvarios que condenam o futuro da Europa em geral, e o dos gregos em particular. Nenhuma solidariedade para com o radicalismo ideológico que levou a Grécia de mal a pior, a nossa solidariedade vai essencialmente, para com todos os portugueses que de forma séria e honrada, assumiram o compromisso de se reestruturarem em função do país que somos, e sem aventureirismos, e com o sacrifício de todos temos estado a reerguer Portugal. -----

----- A par desta solidariedade vai o reconhecimento ao Governo do PSD/CDS-PP, que depois da bancarrota socialista não deixou que o país vivesse no medo, na incerteza que assola principalmente, a Grécia. Aqui, recordo, os bancos nunca fecharam, as filas para abastecerem os carros não existiram, e as prateleiras dos supermercados mantiveram-se sempre com comida. E sim, estamos melhor que há quatro anos porque não se fez política de casino nem se jogou à roleta russa com o destino do povo, como faz a Grécia com os netos de Trotsky e Marx. -----

----- Não se deixem enganar. Infelizmente, a Grécia está pior na economia, em termos sociais, nas finanças públicas, pior na confiança nas instituições, pior no clima e na instabilidade política e até, pior no respeito pelas regras democráticas. A crise grega demonstra que Portugal seguiu o caminho certo. -----

----- Mas já que a solidariedade é tão evocada sugiro que se mostre desde já, também a solidariedade não só para com os portugueses que terão de pagar parte da dívida grega se estes não cumprirem as suas obrigações. Nesta altura, cada português será individualmente, solidário no pagamento de quase mil milhões de euros. Será uma solidariedade que não terá nada de voluntário mas que será efetiva ao contrário das vossas moções e discursos irresponsáveis e demagógicos que só conduzem ao caos, à miséria e ao empobrecimento dos povos, incluindo o português. -----

----- Tal como muitos repudiam a atitude do Governo Português, o CDS-PP repudia as atitudes irresponsáveis.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A questão da solidariedade com a Grécia não é uma questão retórica, é uma questão real de um povo europeu que deveria merecer a solidariedade ativa de todos os restantes povos. E por isso, trazemos uma moção com este mesmo desidrato. Tendo

em conta o sofrimento vivido nestes últimos anos pelas pessoas que vivem nesse país, e as cedências já aceites pelo novo governo nestes últimos meses de negociações, em especial nos últimos dias, como se tivessem sido poucas as dos últimos anos, a chantagem que tem sido feita pelas Instituições Europeias sobre a Grécia, é inadmissível.-----

----- Estamos perante um problema essencialmente, político, fingindo que se trata de um assunto económico-financeiro. O povo grego teve a coragem de eleger um parlamento e consequentemente, um governo apesar de toda a propaganda do medo, mandatando-os para não se submeterem à ditadura dos credores e muito menos, à lógica imprudente dos sistemas financeiros.-----

----- Aproximamo-nos de momentos críticos e, ainda que não houvesse um sentimento de solidariedade, esperar-se-ia suficiente inteligência política da parte dos parceiros europeus para evitar erros crassos como estes que se preparam para cometer. Que leituras as gerações futuras farão sobre estes acontecimentos, daqui a setenta anos? ----

----- Considerando que:-----

----- 1. Desde as últimas eleições que ocorreram na Grécia temos vindo a assistir a episódios infelizes que demonstram que a União Europeia obedece a critérios e interesses afastados das diferentes populações que a constituem.-----

----- 2. Mesmo que não se atue por solidariedade, por convicção da irmandade dos povos europeus, ao menos que se atue por inteligência política e pelo conhecimento dos erros do passado, não ignorando o que normalmente acontece quando os países, através dos seus governos, decidem exclusivamente com base nos seus próprios interesses de curto prazo, esquecendo-se que vivem num ecossistema interdependente.

----- 3. Existe medo de sair do espartilho de um sistema financeiro que nos conduz a uma maior dependência agravando o atual défice democrático na Europa.-----

----- 4. Além do óbvio merecimento de solidariedade, a Grécia ocupa um lugar primordial na nossa matriz cultural, e tem uma história e uma geografia de vital importância para Europa no que respeita às soluções para enfrentar os atuais desafios deste continente.-----

----- 5. As consequências da saída da Grécia da zona Euro são imprevisíveis mas há a certeza de que não serão boas para a Europa e muito menos para Portugal que, obviamente, será vítima deste processo.-----

----- 6. Portugal vive conjunturalmente e artificialmente com juros baixos. Não resulta de saúde financeira, não resulta de reformas estruturais, não resulta de uma economia fértil. Está portanto com as condições ideais, face ao paradigma atual, de ser o próximo país a ser empurrado. Cenário mais que plausível menos na análise míope do governo português e dos partidos que o apoiam.-----

----- 7. Vivemos tempos em que a democracia está refém de interesses financeiros pelo que o fosso entre o discurso dos governos e o sentimento generalizado dos povos europeus ainda é maior. Em Portugal é sintomático.-----

----- 8. A atuação política de um país está muito longe de esgotar-se nos governos, como tal, é necessário e urgente dar voz a um sentimento que cresce na sociedade portuguesa de rejeição da chantagem sobre um povo que quer viver com dignidade.-----

----- 9. É importante dar corpo às vozes que querem impedir um desfecho infeliz para a Grécia, que já está a sofrer. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em continuação de sessão ordinária no dia 30 de Junho delibere: -----

----- 1. Saudar o povo grego e governo grego pela sua força e coragem demonstrada na luta desigual que têm vivido. -----

----- 2. Manifestar total desacordo com a posição do governo Português em relação à situação da Grécia. -----

----- 3. Alertar as instituições europeias para que não cometam o erro de miopia política ao afastarem a Grécia da zona Euro ou inclui-la mas obrigando-a a um agravamento da política ineficiente de austeridade, com consequências graves para o futuro de toda a Europa, do ponto vista da solidariedade e tensões entre países, da política e situação geoestratégica, e também naturalmente da economia. -----

----- 4. Interagir com os municípios das capitais europeias criando maior volume e eco de solidariedade com o povo grego, pressionando os respetivos governos a aceitar soluções diferentes do dogma instituído da austeridade. -----

----- 5. Apoiar iniciativas da sociedade civil portuguesa e europeia na contrariando o atual posicionamento das instituições europeias face à situação grega. -----

----- 6. Enviar esta Moção para: Embaixador da Grécia, Presidência da República, Presidência da Assembleia da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Embaixador de Espanha, Embaixador de Itália, Embaixador de Irlanda, Deputados portugueses no Parlamento Europeu, Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Eurogrupo e União das Capitais da União Europeia. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lages (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O partido Socialista apresenta a esta Assembleia Municipal dois Votos de Congratulação, um sobre as Marchas Populares que ao longo dos anos, desde 1932, quando foram criadas, se tornaram, de lá para cá, num ex libris da cidade. -----

----- As marchas para além do brilho e da exibição que dão à Avenida, promovem um bairrismo salutar na cidade. São acima de tudo, fruto do esforço e do empenho de milhares de pessoas, de jovens marchantes que durante meses se dedicam ao trabalho para defender a cor do seu bairro. E, por isso, naturalmente que nós gostaríamos de congratular aqui, e de parabenizar o Município, a Câmara Municipal, a EGECAC, também uma palavra especial aos vencedores à Marcha do Ginásio do Alto do Pina da Freguesia da Penha de França, e congratular as marchas como sendo um dos pontos altos das Festas de Lisboa e, naturalmente, apelar ao voto favorável de todos os membros da Assembleia. -----

----- O Partido Socialista apresenta, também, aqui um Voto de Saudação relativamente àquilo que vem sendo um sinal claro do trabalho que vai sendo feito na recuperação e na reabilitação da cidade. Na reabilitação concreta, naquilo que são os projetos que estão no papel e que depois saem para a rua e que são visíveis, em concreto, a obra acabada dos Terraços do Carmo. Desde o incêndio de 88 que aguardávamos que fosse

recuperado em definitivo o Chiado. Vinte e sete anos depois, vários executivos camarários depois e, finalmente estão terminadas as obras. São intervenções como esta que permitem recuperar a autenticidade da cidade. Esta mas também, fazer aqui menção à Inauguração do Elevador de Santa Luzia que vem ligar o Castelo ao Tejo, importante porque vem colmatar uma falha que existia, uma falha natural de conseguirmos reduzir as dificuldades de acessibilidade de Alfama ao Miradouro de Santa Luzia, uma inclinação grande e que agora está ultrapassada graças à conclusão desta obra. Portanto, mais uma melhoria nas acessibilidades da cidade, mais uma obra feita e, também, importante.-----

----- Por fim, a Inauguração do Jardim da Cerca da Graça. 1.7 hectares, mais um espaço verde, o maior espaço verde no casco velho da cidade. Cento e setenta e oito árvores e arbustos, parque infantil, parque de merendas, relvado, três miradouros, enfim, mais uma obra concluída ao serviço da população, mais um sinal daquilo que vai sendo feito na cidade, contrariando aquilo que é certamente, a vontade de muitos e o desejo de alguns, mas a verdade é que a obra está a ser feita e por isso o Voto de Saudação ao Executivo Municipal para que continue como até aqui, a desenvolver trabalho em prol da cidade e dos lisboetas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O BE apresenta hoje três moções e duas recomendações. Começamos, precisamente, por uma delas, a que diz respeito à Grécia, no momento em que a pressão sobre a Grécia se intensifica, o BE apresenta uma moção de solidariedade para com o povo grego. O Governo da Grécia resulta de eleições livres e democráticas. A pressão a que este governo tem vindo a ser sujeito por parte das instituições, bem como, por parte de outros países da União Europeia, é tremenda. O Parlamento Grego aprovou a proposta do Governo sobre o referendo nacional para que a população se possa pronunciar sobre a aceitação, ou não, das condições propostas pelas instituições. É fundamental deixar o povo decidir, e ao contrário do que a Deputada do CDS-PP dizia, não nos parecer que vá cair as “sete pragas do Egipto” na Grécia pelo facto de o povo poder decidir. -----

----- Uma Europa dos povos, uma Europa solidária, não pode fazer-se rejeitando a democracia e hostilizando a palavra do povo. Neste momento determinante do povo grego, mas também para toda a Europa toda a clareza é necessária e, como tal, expressa muito claramente a nossa solidariedade para com o povo grego neste momento difícil que atravessa.-----

----- Passando para o âmbito nacional, apresentamos duas moções, uma delas sobre a privatização do Oceanário de Lisboa, e uma outra sobre a privatização do espaço público para a realização de uma festa de uma cadeia de hipermercados que decorreu este fim de semana. -----

----- No que diz respeito ao Oceanário de Lisboa, repudiamos a sua privatização. O oceanário é um espaço de referência da cidade, recebendo anualmente cerca de um milhão de visitantes o que faz dele o equipamento cultural mais visitado do país. Este

aquário público desempenha também um papel fundamental na investigação científica, bem como na área educativa. A sua concessão a uma entidade privada irá comprometer os objetivos públicos deste espaço, já vimos acontecer, aliás, vezes sem conta. Consideramos que o que é público deve ser gerido pelo público, o que é privado deve ser gerido pelo privado e o que é do setor social, deve ser gerido pelo setor social. Nada justifica a promiscuidade na gestão. A entrega de espaços públicos ao setor privado em nada melhorará o acesso ao oceanário, mas melhorará certamente, as contas do grupo que o irás explorar e que explora, também supermercados.-----

----- Apresentamos, também uma moção repudiando a privatização do espaço público da Cidade de Lisboa para a realização de iniciativas por grupos privados. Este fim de semana, mais uma vez, uma zona da cidade, designadamente, o Parque Eduardo VII, foi ocupado, mais uma vez, por uma cadeia de supermercados que parece ter uma grande dominância do espaço em Lisboa, neste momento. É imperativo que a autarquia promova o debate sobre a realização destas iniciativas, assegurando vantagens mútuas e justificadas com base no interesse público e coletivo. -----

----- É também fundamental, que a Câmara Municipal de Lisboa implemente a recomendação aprovada, precisamente, nesta Assembleia, onde se proíbe o recurso ao uso abusivo do voluntariado. Ora, a iniciativa do Grupo Sonae que decorreu este fim de semana, contou com o apoio da Câmara para recrutar voluntários. Não é aceitável que a Câmara Municipal colabore para encontrar trabalhadores gratuitos para um grupo privado implementar uma iniciativa de autopromoção. Este tipo de praticas constituem, na nossa opinião, uma total subversão dos princípios do voluntariado com os quais a Câmara não pode, nem deve, compactuar. -----

----- Por fim, apresentamos, também, duas recomendações, uma delas, relativa à Feira Popular, e uma outra sobre a utilização do domínio público dos transportes públicos. --

----- Relativamente à cobrança de taxas, recordamos que são devidas taxas pela ocupação do espaço público, quer pela publicidade em veículos e em mobiliário urbano, quer pela utilização das vias públicas e do subsolo do domínio público municipal. Recomendamos, assim, que a câmara notifique os concedentes para a liquidação de taxas, bem como propõe a esta Assembleia, a criação de taxas relativas à utilização do domínio público.-----

----- Por fim, apresentamos uma recomendação sobre a Feira Popular, um espaço que foi uma referência na Cidade de Lisboa. É fundamental assegurar a continuação deste espaço de lazer. Consideramos que uma nova Feira Popular deverá localizar-se numa zona com bons acessos e, simultaneamente, concilie um impacto de um equipamento deste tipo com a vizinhança diminuindo os impactos do ruído. Como tal, parece-nos que a zona ribeirinha seria um local privilegiado para acolher a Feira Popular. Recomendamos, assim, que a Câmara acelere o processo de recolha de uma nova localização para a Feira Popular de Lisboa e que coloque em consulta pública para que as pessoas residentes na cidade se possam pronunciar. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os Verdes apresentam hoje uma saudação sobre o Dia das Nações Unidas para o Serviço Público, que tem como finalidade enaltecer precisamente o valor do serviço público na sociedade pois consideramos que é importante apelar para uma gestão pública das funções sociais e de sectores estratégicos do Estado. -----

----- Apresentamos ainda uma recomendação sobre a melhoria da qualidade do ar em Lisboa pois foi divulgada uma lista que avalia o desempenho de 23 cidades de 16 países europeus quanto ao seu desempenho na melhoria da qualidade do ar, analisando, para isso, um conjunto de critérios. -----

----- Lisboa integrou esta lista pela primeira vez e ficou em 22ª posição, com valores de poluição acima dos permitidos pela União Europeia, significando isto que ficou em penúltimo lugar desta lista. -----

----- Por entendermos que a qualidade do ar deve ser parte integrante do planeamento urbano e que, em meio urbano, a poluição atmosférica é um dos principais fatores de degradação da qualidade de vida das populações, propomos, nesta recomendação, um conjunto de medidas com vista à melhoria da qualidade do ar em Lisboa. -----

----- Com a recomendação sobre os jogos tradicionais portugueses, que traduzem a história e cultura do nosso país e que são uma parte relevante da memória e identidade nacionais, pretendemos que a Câmara Municipal preserve, apoie e incentive este valioso património cultural. -----

----- Os Verdes propõem igualmente uma recomendação sobre a estação ferroviária de Santa Apolónia. Esta estação, inaugurada em 1865, foi a primeira estação de comboios portuguesa. -----

----- Todos os dias chegam e partem de Santa Apolónia 150 comboios de várias tipologias e o número de passageiros ronda os 8200 por dia, o que significa três milhões de passageiros por ano. -----

----- Santa Apolónia é, assim, a terceira estação ferroviária portuguesa com mais movimento, depois da Estação do Oriente, em Lisboa, e Campanhã, no Porto, e é uma das principais portas de entrada na cidade, com um século e meio de vida que se confunde com a história do país e dos portugueses. -----

----- Assim, e tendo em conta as declarações proferidas recentemente sobre o encerramento desta estação, propomos que a Assembleia Municipal se assuma contra a sua demolição e que defenda a sua manutenção enquanto ponto de chegada e de partida de comboios nacionais e internacionais. -----

----- Para concluir, não podíamos deixar de referir a situação da Grécia, que tem sido alvo da mais pura chantagem e pressão por parte da União Europeia, e de manifestar a nossa total solidariedade. -----

----- Para Os Verdes continua a haver alternativa a estas políticas apesar de a União Europeia querer mostrar que não há outro caminho que não o da austeridade e do empobrecimento. -----

----- Manifestamos assim a nossa solidariedade aos trabalhadores e ao povo gregos, que resistem e lutam contra as imposições da União Europeia e do FMI. -----

----- A ofensiva contra os gregos exige uma posição firme de defesa da soberania, pondo fim ao domínio e à pressão da União Europeia. -----

----- Não podemos igualmente deixar de criticar a postura do governo português que se tem mostrado tão pouco solidário com o povo grego e ao mesmo tempo tão submisso e alinhado com esta chantagem, assim como consideramos completamente inadmissíveis e lamentáveis as declarações do Presidente da República dizendo que se a Grécia sair da zona euro “ficam 18 países.” Lamentável e vergonhoso na nossa opinião.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Contra o retrocesso das funções sociais do Estado na cidade. As funções sociais do Estado, nomeadamente, a saúde e a Segurança Social, em Lisboa, continuam em pleno retrocesso. No caso concreto dos equipamentos de saúde, continuamos a assistir ao encerramento de camas e serviços nos três grandes centros hospitalares que servem a cidade, o ocidental, o central e o norte, e esta ação tem sido da responsabilidade direta do Governo PSD/CDS-PP.-----

----- Com a redução da oferta pública dos cuidados de saúde, o que se vem verificando é a criação e o alargamento de novas unidades privadas que, no essencial, são financiadas com dinheiros públicos. É uma transferência anticonstitucional, antissocial, ineficiente e tecnicamente, não ajustada à necessidade das populações. O único beneficiário é o capital financeiro que se apropria de mais um pedaço do bem comum, quando os serviços públicos poderiam fazer mais e melhor, com menos custos. Faz parte de um plano mais baixo, antipatriótico em execução da venda do património nacional a qualquer preço.-----

----- As recentes imagens de longas filas de utentes a tentar marcar um exame complementar de diagnóstico chamado de colonoscopia, vieram demonstrar, mais uma vez, que a insuficiência dos serviços públicos para responderem a uma necessidade assumida pela UNSS como um exame de vigilância de saúde para diagnóstico precoce da patologia do colon e do reto. Esta disfunção de oferta de cuidados de saúde, doença, junta-se a outras falhas flagrantes como a rutura dos serviços de urgência deste inverno recente, e a crónica falta de médicos de família, na nossa cidade. Mais de cem mil utentes de Lisboa sem médico de família. Muito grave é que esta falha seja devida, também, ao encerramento do serviço de gastroenterologia do Hospital Pulido Valente, um serviço de qualidade que chegou a fazer mais de cinco mil colonoscopias por ano, uma parte das muitas necessárias que o Governo pretende entregar em regime de negócio privado.-----

----- Trata-se de um ato de gestão ruinosa, contrária ao bem público e inconstitucional da saúde dos lisboetas.-----

----- De resto, a liquidação paulatina do Hospital Pulido Valente em marcha está a transformá-lo num anexo do Hospital de Santa Maria, sem funções essenciais até para valorizar os poucos serviços que lhe restaram. Perdem os lisboetas, perde a Alta de Lisboa o norte da cidade e as populosas freguesias do Lumiar e de Benfica.-----

----- As funções sociais do Estado, incluindo os serviços de saúde, não são competências próprias das autarquias. No entanto, cabe às autarquias defenderem os munícipes junto do poder central, e ordenar o seu território.-----

----- A Câmara de Lisboa não pode continuar a olhar para o lado, sacudir a “água do capote”, e em matéria de serviços de saúde limitar-se a ser facilitadora dos negócios da ESTAMO, ou dar guarida aos serviços centrais do Ministério da Saúde, ou ao desgoverno da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.-----

----- Para que serve a carta dos equipamentos de saúde da cidade se não é respeitada? Para quando uma política de saúde de Lisboa que saia do papel? Para quando um pelouro da saúde que não se dilua num genérico de assuntos sociais? Enfim, para quando uma posição firme e qualificada da Câmara e do seu Presidente em matéria de serviços de saúde na cidade?-----

----- Também na saúde é preciso uma política alternativa e patriótica de esquerda ao serviço das populações. O PCP na Câmara e na Assembleia advogou e advogará as melhores soluções a favor da saúde dos lisboetas.-----

----- Particulares comentários merecem um voto, apresentados neste PAOD, merecem o particular voto de saudação do Partido Socialista ao executivo, para nós trata-se de uma postura de autoelogio pelo desempenho que não é mais do que uma obrigação. E o que foi feito não faz esquecer o mundo que falta fazer. Por isso, nos iremos abster.---

----- Na moção do PAN, sobre a Grécia, “Por uma Europa Solidária e Inteligente”, discordamos da formulação do ponto três, que alerta as Instituições Europeias para não cometerem o erro de miopia política, ao afastarem a Grécia da Zona Euro. Na verdade, a questão de fundo não é de miopia, é um conflito de interesses entre os grandes grupos económicos e financeiros e a autonomia e os interesses do povo grego, mas também, do povo português, do espanhol e de outros povos. Por isso, iremos abstermo-nos.-----

----- Chamamos, finalmente, a atenção para uma recomendação do PCP, sobre o património público, a Estação Ferroviária de Santa Apolónia também vai na cheia, também está ameaçada, tal como está ameaçado e tem sido delapidado, o património da Cidade de Lisboa. Por isso, contra estes desmandos, nos manteremos em oposição permanente.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Era apenas para demonstrar, aqui, a opinião dos Deputados Municipais Independentes sobre algumas das iniciativas que são aqui, apresentadas. Obviamente, saudar o Voto que é aqui, apresentado, “Pela Atribuição do Prémio Mandela a Jorge Sampaio”, que nos parece de extrema relevância, assim, como, saudar a moção do BE, “Contra a Privatização do Oceanário de Lisboa”, aliás, no seguimento de outra apresentada pelo PNP, que subscrevemos na altura e que nos parece uma iniciativa importante.-----

----- No entanto, gostaríamos de dizer, aliás, a Senhora Presidente da Assembleia já o disse à pouco, portanto, eu vou aproveitar a economia das palavras, e dizer, de facto,

que não concordamos, de todo, com o segundo ponto que apresentam na moção número três, relativamente à questão do voluntariado, precisamente por acharmos que não conflitua com a atividade que aqui está, e apenas foi utilizado, como disse a Senhora Presidente, para a distribuição de bens alimentares a instituições de solidariedade social. -----

----- Relativamente à recomendação do BE, sobre a “Utilização do Domínio Público Municipal Pelos Serviços de Transportes Públicos”, achamos uma excelente iniciativa, aliás, fizemos a sugestão que acrescentassem as questões das taxas de utilização que nos parece que são essas as devidas, pela utilização dos equipamentos especialmente, os equipamentos urbanos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em relação às várias moções e recomendações que temos em votação, há vários aspetos que gostaríamos de destacar, e explicitar, também, o sentido de voto do Partido Socialista, nomeadamente, aquelas que merecem o nosso voto concordante, em que não temos nada a acrescentar. Saudamos também, a iniciativa de saudação do Prémio Mandela a Jorge Sampaio, também é bom recordar o antigo Presidente da Câmara de Lisboa e todo o trabalho que aqui nos deixou, e deixou uma marca na Cidade de Lisboa, e hoje marca outro plano. E evidente, também acompanhamos os votos de saudação e congratulação, apresentados. -----

----- Queríamos, contudo, deixar algumas notas em relação a alguns aspetos que aqui surgem, apresentados. Começando por um aspeto já referido pela Senhora Presidente que diz respeito à privatização do espaço público em Lisboa, com a denominada festa do continente. É um tema que frequentemente, regressa à Assembleia Municipal mas em relação ao qual importa ser rigoroso quanto ao respeito da questão do voluntariado. Efetivamente, o voluntariado existiu no contexto daquele evento, mas o voluntariado circunscrevia-se ao evento que decorreu no dia seguinte, dia vinte e oito, e que com consistia na entrega de produtos alimentares recolhidos no contexto daquela atividade e que foram, depois, remetidos às IPSS’s, mesmo a algumas autarquias locais, nomeadamente, a uma Junta de Freguesia. E portanto, à que balizar quando se usa a expressão voluntariado com propriedade, daqueles casos em que pode ser usado abusivamente, o que não é manifestamente, aqui o caso. Obviamente, a questão de fundo quanto à utilização e à cedência, ou não, do espaço público para a utilização no contexto de promoção de eventos, tendo em conta, e sublinhava que este é um local de entrada gratuita, portanto, algo fluída diretamente com a população, enquadra-se como se tem enquadrado nas atividades de utilização e fruição do espaço público em relação à qual o espaço público sendo de todos, não é o facto de ser um privado tem de ficar banido ou ostracizado de poder fazer essa utilização desde que, obviamente, respeitando a legislação, respeitando os regulamentos municipais sobre a utilização do espaço público, o que manifestamente, também, terá sido o caso. -----

----- Relativamente a uma outra matéria em discussão, importava saudar e sublinhar a moção apresentada pelo BE, quanto à “Utilização do Domínio Público Municipal

Pelos Serviços de Transportes Públicos”. Efetivamente, sublinha-se aqui uma evidência que deveria ser evidente para quem opta por um modelo de concessão a privados, desconsiderando o interesse da cidade, que é efetivamente, a utilização dos transportes públicos no domínio público, é revelador desta ligação umbilical que deveria ser promovida e deveria ser acautelada, precisamente, por uma gestão municipal que é aquilo que o Partido Socialista e a atual vereação, tem vindo a sustentar há bastante tempo e para a qual, obviamente, todos aqueles que querem suportar e sustentar esta leitura, seja por um meio como este, seja através do apoio à opção da gestão municipal dos transportes da Cidade de Lisboa, são bem-vindos estes caminhos e por isso, neste sentido, votaremos e acompanharemos favoravelmente esta moção aqui apresentada. -----

----- Depois, uma nota completar sobre um assunto que já foi discutido, já foi referido várias vezes, no quadro desta intervenção e que respeita à matéria relativa a Santa Apolónia. Olhamos para estas duas recomendações e aquilo que vemos é iminentemente uma extrapolação de um não assunto, e verdadeiramente, é com essa leitura que olhamos para essas duas recomendações. Não nos parece fazer sentido a apresentação de propostas que recomendam que se faça algo, ou que se deixe de fazer algo, quando não há projeto algum, não há proposta alguma, não há política pública alguma direcionada com esta finalidade. E portanto, acima de tudo apelaríamos que não fosse apresentada e não se usasse o tempo da assembleia Municipal para especular a partir de declarações feitas a título pessoal por um vereador que apenas se limita a apresentar uma posição que nem sequer traduz qualquer opção municipal, e portanto, sugeriríamos aos subscritores que retirassem a proposta e obviamente, não podemos acompanhar algo que está desprovido de sentido. E note-se, não estamos a tomar posição, nem estamos a subscrever nada relativamente ao conteúdo do que aqui se encontra, não se está a fazer neste momento, e não pretende esta Assembleia Municipal fazê-lo, e também não pretende o Grupo Municipal do Partido Socialista discutir qual o futuro da Estação de Santa Apolónia, o que seja, não há pura e simplesmente, qualquer debate em curso sobre aquele local pelo que não faz sentido estar a colocar à consideração algo que não tem dimensão ontológica sequer para ser trazida à discussão. -----

----- Finalmente, relativamente às moções apresentadas sobre a Grécia. Efetivamente, esta é a questão do momento e aliás, é uma questão que evolui hora a hora, minuto a minuto, entre Atenas e Bruxelas e nós vamos acompanhando o problema à distância, mas com a distância e preocupação de quem, por um lado, não deixa e não pode deixar de reconhecer que a situação a que se chegou na Grécia é insustentável para o povo grego e esta deve ser a primeira linha de preocupação de qualquer decisor político europeu que não queira ser considerado um anão político e alguém que não queria ficar na história marcado com a desgraça que pretender associar ao destino do povo grego, efetivamente, aquilo que temos assistido por parte da inflexibilidade das instituições europeias, por parte da cegueira absoluta em ter em conta que, em primeira linha, deve estar em causa a capacidade de um país se reerguer, a capacidade de um país de voltar a ter a sua economia a crescer, a capacidade de oferecer soluções

racionais que não seja a repetição de um erro em cima de um erro, deveria ser isto que deveria preocupar os líderes europeus. Portanto, uma combinação infeliz daqueles que fazem uma leitura da Zona Euro como estando adequadamente construída, quando na realidade ela está desequilibradamente, construída. Aqueles que olham para os seus próprios calendários e para a sua própria gestão eleitoral de forma oportunista, tomam posições e assumem posições que vincula os seus Estados, não com base no interesse na União Europeia, não com base no interesse da Grécia, não quase com o seu próprio interesse nacional, mas com base em interesses egoístas de cada momento, aqueles que temendo uma consequência no plano da moralidade, do que possa acontecer na Grécia, não olham para aquilo que deveria ser a prioridade de qualquer decisor político responsável que é resolver o problema aos gregos, resolver o problema à União Europeia, arranjar uma solução que seja capaz de permitir a recuperação económica, social, moral de um país que está a ser diariamente, destruído por doses de austeridade que são insustentáveis, obviamente, por isso, não temos senão como olhar para a situação da Grécia com a preocupação como se calhar, não há cinquenta ou sessenta anos, mas há cem anos muitos europeus olhavam as movimentações entre a chancelarias e ficavam perplexos com a ausência de noção de realidade, quer dos dramas humanos que se vivem na Grécia, quer do problema que se abre para a Europa se ela for incapaz de oferecer uma solução sustentável e estável para o problema grego. -----

----- E dizendo isto, não dizemos que não há problemas de parte a parte, não dizemos que o Governo Grego, também, muitas vezes falhou na sua capacidade de mobilizar e apresentar boas propostas, não se trata de dizer que o Governo Grego esteve 100% e corretamente em todas estas fases, porque isso também, não é verdade. Por exemplo, a forma como radicalizou o discurso, anatemizando a Alemanha e desenterrando velhos ódios, totalmente, desnecessários, totalmente contraproducentes para a forma como esta discussão deveria ter sido encarada, como alguém que devia na primeira linha também ter colocado em primeiro lugar, os interesses do seu povo, evitando tratar com agressividade os seus interlocutores, obviamente, há também, um problema de comunicação que contaminou este debate em torno da Grécia. Mas mais importante que os problemas de comunicação, mais importante que os problemas que foram encontrados ao longo do caminho, importante é efetivamente, encontrar uma solução para não chegarmos a uma triste frase, uma triste conclusão que apesar de matematicamente perfeita, é politicamente assassina, é politicamente miserável. Dezanove menos um é, efetivamente, dezoito, mas dezoito menos um dá dezassete, e dezassete menos um dá dezasseis, dezasseis menos um dá quinze, e podemos continuar assim até chegarmos ao número zero, e este raciocínio que vale zero, é o raciocínio que está subjacente a uma leitura que não podemos subscrever, e de facto, é um momento de grande dificuldade para a Europa, temos que estar à altura das circunstâncias, perceber a complexidade do problema, e por isso mesmo, de Lisboa para a Grécia, esta Assembleia Municipal e, não podendo acompanhar todos os pontos da proposta do BE porque coloca questões que o Partido Socialista não sufraga, nomeadamente, no que respeita à negociação da dívida, mas que no que respeita aos

outros pontos, quanto a este processo negocial, acompanhará, podemos ter em atenção que o momento é sério, é de dificuldade, por isso, mais do que olhar para o nosso umbigo, devemos olhar para o umbigo coletivo do Projeto Europeu. -----
----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “É para dizer que concordamos com esta última intervenção no que se refere às moções relativamente à Grécia, e subscrevemo-las inteiramente. De facto, é lamentável que seja preciso um comentador na televisão dizer que há uns burocratas que se andam a entreter em Bruxelas, com o cumprimento de programas de Excel, sem perceberem o que é o fundo da questão e aquilo que é estrutural. Enfim, não queria deixar de saudar a intervenção que foi feita, mesmo agora, a este propósito. -----

----- O objetivo da intervenção é dizer que iríamos, se se manter a proposta de “Os Verdes” sobre Santa Apolónia, nós iremos abster nesta matéria, não porque estejamos de acordo quanto à desativação da Estação de Santa Apolónia e à completa desarticulação do nó ferroviário de Lisboa, que só por completo desconhecimento é que é possível fazer propostas como aquela que foi feita, mas porque essa moção tem associado um conjunto de propostas que também elas, não fazem qualquer sentido e carecem de demonstração do ponto de vista técnico, É por esse motivo que nos iremos abster. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, terminado o período de intervenções, estamos em condições de passar ao período de votações dos documentos apresentados. E vamos começar pelos votos. -----

----- Temos em primeiro lugar o **Voto de Saudação n.º1/75**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, intitulada “**Reabilitação e Recuperação de Lisboa do papel para a Rua**” e a Mesa vai por este Voto de Saudação à votação. -----

----- (O Voto de Saudação n.º 1/75, fica anexado à presente Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos colocar à votação. Não há votos contra, abstenções do PCP, BE, PEV e MPT, e votos a favor do PSD, PS, CDS-PP, PNPN, PAN e 6IND. O **Voto de Saudação n.º1/75 foi aprovado por maioria.** -----

----- Declaração de Voto, relativamente ao **Voto de Saudação n.º 1/75 “Reabilitação e Recuperação de Lisboa do papel para a Rua”**, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD:-----

----- “**O Grupo de Lista do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, apresenta a seguinte Declaração** relativamente ao seu **Voto Favorável na Saudação n.º 1/75, intitulada Reabilitação e Recuperação de Lisboa – do papel para a Rua e submetida a Plenário da Assembleia Municipal na sessão de 30 de Junho de 2015, sendo aí acolhida por Maioria com 1 Abstenção.** -----

----- **1. O Grupo Municipal do PPD/PSD votou FAVORAVELMENTE a Saudação em epígrafe por considerar que o tema suscitado diz respeito a uma intervenção nas**

áreas circundantes de um monumento de extrema relevância para a cidade, o Convento de Carmo, cujas linhas gerais e tipologia foram já anteriormente aprovadas, como o deveriam ser, pelos representantes deste Grupo de Lista nos órgãos administrativos do Município. -----

----- 2. No entanto, entende que a especificidade do texto da Saudação não encara com o devido discernimento as circunstâncias e os resultados dessa intervenção, não aprofundando causas nem avaliando os respetivos efeitos que determinaram não se apresentar a obra nas condições mais adequadas, quer em termos patrimoniais, quer na sua livre fruição pela população e visitantes de Lisboa. -----

----- 3. Trata-se de um projeto que data já de 2007 e 2008, apenas agora concluído, mas que não teve em devida consideração as soluções aprovadas no Plano de Acessibilidade Pedonal aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal, não permitindo o pleno acesso a pessoas de mobilidade condicionada ou reduzida. Foi criada mais uma zona inacessível. -----

----- 4. Por outro lado, algumas das construções demolidas eram muito mais do que barracões como as classifica o Voto de Saudação, tendo inclusivamente valor patrimonial, cujo desaparecimento representou assinalável perda para a cidade. Acresce que essas demolições não foram conduzidas com as devidas cautelas, causando avultados prejuízos materiais aos proprietários e arrendatários das Lojas e locais subjacentes, na Rua do Carmo. -----

----- 5. O Voto de Saudação alega mesmo ser esta obra o fim do plano de recuperação do Chiado, (...) após o incêndio de 1988, o que é uma clara inverdade, destinada aparentemente a conceder-lhe um imerecido cunho de recuperação urbana essencial e que é uma versão ampliada e melhorada do plano inicial, o que só sublinha a discricionariedade com que foi efetuada. -----

----- 6. Sem prejuízo do relevo que a limpeza radical dos espaços circundantes ao monumento lhe concedeu, são conhecidas as reservas colocadas ao projeto pela Associação dos Arqueólogos e continua polémica a iluminação noturna do monumento, deixando absurdamente invisível a fachada da Igreja, por simples vontade de um Arquiteto-Projetista, apoiado por outro Arquiteto-Camarário.” -----

----- O **Voto de Saudação n.º 2/75**, apresentada pela Senhora Presidente da Assembleia, intitulada “**Pela atribuição do prémio Mandela a Jorge Sampaio**” e a Mesa vai por este Voto de Saudação à votação. -----

----- (**O Voto de Saudação n.º 2/75** fica anexado à presente Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. O **Voto de Saudação n.º 2/75** foi **aprovado por unanimidade**. (Aclamação). -----

----- O **Voto de Saudação n.º 3/75**, apresentado pelo Grupo Municipal do PEV, intitulado “**Dia das Nações Unidas para o Serviço Público**” e a Mesa vai por este Voto de Saudação à votação. -----

----- (O **Voto de Saudação n.º 3/75**, fica anexado à presente Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- Votação ponto por ponto. Pontos **1 e 3** do **Voto de Saudação n.º 3/75**. Não há votos contra, nem abstenções, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. Os pontos **1 e 3** do **Voto de Saudação n.º 3/75** foram **aprovados por unanimidade**.-----

----- O ponto **2** do **Voto de Saudação n.º 3/75**, votos contra do PSD e do CDS-PP, abstenção do MPT, votos a favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6IND. O ponto **2** do **Voto de Saudação n.º 3/75** foi **aprovado por maioria**.-----

----- O **Voto de Congratulação n.º 4/75**, apresentado pela Deputada Municipal do PS, Maria Elisa Madureira, sobre as “*Marchas Populares*”, a Mesa vai por este Voto de Congratulação à votação.-----

----- (O **Voto de Congratulação n.º 4/75** fica anexado à presente Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. O **Voto de Congratulação n.º 4/75** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Terminámos os votos, vamos passar à moções.-----

----- A **Moção n.º 1/75**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, intitulada “*Contra a privatização do Oceanário de Lisboa*” e a Mesa vai por esta Moção à votação.-----

----- (A **Moção n.º 1/75** fica anexada à presente Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PSD, CDS-PP e do MPT, não há abstenções, votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6IND. A **Moção n.º 1/75** foi **aprovada por maioria**.-----

-----A **Moção n.º 2/75**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, intitulada “*Solidariedade com o Povo Grego*” e a Mesa vai por esta Moção à votação.-----

----- (A **Moção n.º 2/75** fica anexada à presente Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- Votação ponto por ponto. Ponto **1** da **Moção n.º 2/75**, votos contra do CDS-PP, abstenções do PSD e do MPT, e os votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6IND. O Ponto **1** da **Moção n.º 2/75** foi **aprovado por maioria**.-----

----- (O ponto **2** da **Moção n.º 2/75** foi retirado pelo preponente).-----

----- O Ponto **3** da **Moção n.º 2/75**, votos contra do PSD e do CDS-PP, abstenção do MPT, e os votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6IND. O Ponto **3** da **Moção n.º 2/75** foi **aprovado por maioria**.-----

----- O Ponto **4** da **Moção n.º 2/75**, Não há votos contra, nem abstenções, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. O Ponto **4** da **Moção n.º 2/75** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- O ponto **5** da **Moção n.º 2/75**, votos contra do CDS-PP, abstenções do PSD, PS, PNP e do MPT, e os votos favoráveis do PCP, BE, PEV, PAN e 6IND. O Ponto **5** da **Moção n.º 2/75** foi **aprovado por maioria**.-----

----- O Ponto **6** da **Moção n.º 2/75**, votos contra do PSD e do CDS-PP, abstenções do PS, PNPB e do MPT, e os votos favoráveis do PCP, BE, PEV, PAN e 6IND. O Ponto **6** da **Moção n.º 2/75** foi **aprovado por maioria**. -----

----- A **Moção n.º 3/75**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, intitulada *“Contra a Privatização do Espaço Público em Lisboa com a Festa Continente”* e a Mesa vai por esta Moção à votação. -----

----- (A **Moção n.º 3/75** fica anexada à presente Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- Votação ponto por ponto. Ponto **1** da **Moção n.º 3/75**, votos contra do PS, CDS-PP e do PNPB, abstenções do MPT e de 6IND, e os votos favoráveis do PSD, PCP, BE, PEV e PAN. O Ponto **1** da **Moção n.º 3/75** foi **rejeitado**. -----

----- Passamos ao ponto **2** da **Moção n.º 3/75**, votos contra do PS, CDS-PP, PNPB, MPT e de 6IND, abstenções do PSD, e os votos favoráveis do PCP, BE, PEV e PAN. O Ponto **2** da **Moção n.º 3/75** foi **rejeitado**.-----

-----A **Moção n.º 4/75**, apresentada pelo Grupo Municipal do PAN, intitulada *“Grécia – Por uma Europa solidária e inteligente”* e a Mesa vai por esta Moção à votação. ----

----- (A **Moção n.º 4/75** fica anexada à presente Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- Votação ponto por ponto. Ponto **1** da **Moção n.º 4/75**, não há votos contra, abstenção do MPT, e os votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNPB e 6IND. O Ponto **1** da **Moção n.º 4/75** foi **aprovado por maioria**.-----

----- O Ponto **2** da **Moção n.º 4/75**, votos contra do PSD e do CDS-PP, abstenção do MPT e do PNPB, e os votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, PAN e 6IND. O Ponto **2** da **Moção n.º 4/75** foi **aprovado por maioria**. -----

----- O Ponto **3** da **Moção n.º 4/75**, Não há votos contra, abstenções do PSD, PCP, CDS-PP e do MPT, votos favoráveis do PS, BE, PEV, PAN, PNPB e 6IND. O Ponto **3** da **Moção n.º 4/75** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Os pontos **4** e **5** da **Moção n.º 4/75**, votos contra do CDS-PP, abstenções do PSD e do MPT, e os votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPB e 6IND. Os Pontos **4** e **5** da **Moção n.º 4/75** foram **aprovados por maioria**. -----

-----A **Moção n.º 5/75**, apresentada pelos Deputados Municipais Helena Roseta (IND) e José Leitão (PS), intitulada *“Constituição de Plataforma Alargada para o Acolhimento e Integração de Refugiados em Portugal”* e a Mesa vai por esta Moção à votação.-----

----- (A **Moção n.º 5/75** fica anexada à presente Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPB e 6IND. A **Moção n.º 5/75** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Declaração de Voto, relativamente à **Moção n.º 5/75** *“Constituição de Plataforma Alargada para o Acolhimento e Integração de Refugiados em Portugal”*, apresentada pelo Grupo Municipal do BE:-----

----- “

-----A **Recomendação n.º 1/75 (Retificada)**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, intitulada “*Utilização do Domínio Público Municipal pelos serviços de transportes públicos*” e a Mesa vai por esta Recomendação à votação.-----

----- (A **Recomendação n.º 1/75** fica anexada à presente Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, esclareceu o seguinte: -----

----- “No ponto 1 da Recomendação 1/75, onde se lê no final: “liquidar as taxas de ocupação de via pública...”, deve-se ler; “liquidar as taxas de utilização e/ou taxas de ocupação de via pública”, ou seja, incluir também as taxas de utilização. Assim como, no considerando e), onde diz “taxas de ocupação de domínio público”, incluir as taxas de utilização. É uma precisão que gostaríamos de ver incluída.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Mas eu creio que no ponto e) já estava referida as taxas de utilização. Portanto, basicamente, é o aditamento na parte deliberativa. -----

----- Vamos então pôr à votação a **Recomendação n.º 1/75** do BE. Votos contra do CDS-PP, abstenções do PSD e do MPT, e os votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6IND. A **Recomendação n.º 1/75** foi **aprovada por maioria**. -----

-----A **Recomendação n.º 2/75 (Retificada)**, apresentada pelo Grupo Municipal do PAN, intitulado “*Pela Redução da Sinistralidade e suas Consequências*” e a Mesa vai por esta Recomendação à votação.-----

----- (A **Recomendação n.º 2/75** fica anexada à presente Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

----- O Senhor Deputado John Baker informa-me que há um aditamento a esta recomendação, que eu vou passar a ler: -----

----- Introduzir entre o atual ponto 3 e 4, introduzir um outro ponto com a seguinte redação: “informe acerca do ponto de situação do Programa de Recuperação e Implementação da rede de radares fixos na Cidade de Lisboa”. Portanto, é um aditamento a pedir mais informações à Câmara sobre esta matéria. -----

----- Os Senhores Deputados Independentes subscrevem este aditamento. -----

----- Portanto, é um aditamento apresentado pelo MPT e pelos Senhores Deputados Independentes.-----

----- O CDS-PP também subscreve este aditamento. -----

----- E o PSD pede votação ponto por ponto. -----

----- Portanto, vamos pôr à votação os pontos **1 e 2** da **Recomendação n.º 2/75**. Votos contra do PSD, não há abstenções, votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNPN, MPT, PAN e 6IND. Os pontos **1 e 2** da **Recomendação n.º 2/75** foram **aprovados por maioria**. -----

----- Vamos passar ao ponto **3** da **Recomendação n.º 2/75**. Não há votos contra, nem abstenções, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPN e 6IND. O ponto **3** da **Recomendação n.º 2/75** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Vamos passar ao ponto **4** da **Recomendação n.º 2/75**. Não há votos contra, nem abstenções, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. O ponto **4** da **Recomendação n.º 2/75** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Vamos passar ao ponto **5** da **Recomendação n.º 2/75**. Não há votos contra, nem abstenções, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. O ponto **5** da **Recomendação n.º 2/75** foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----A **Recomendação n.º 3/75**, apresentada pelo Grupo Municipal do MPT, intitulado “*Por uma Maior Proximidade da Família à Escola*” e a Mesa vai por esta Recomendação à votação.-----

----- (A **Recomendação n.º 3/75** fica anexada à presente Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- O PS pede a votação por pontos.-----

----- Portanto, vamos pôr à votação o ponto **1** da **Recomendação n.º 3/75**. Não há votos contra, abstenção de 6IND, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP, MPT e PAN. O ponto **1** da **Recomendação n.º 3/75** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar à votação do ponto **2** da **Recomendação n.º 3/75**. Votos contra do PS, PSD e do PNP, abstenção de 6IND, votos favoráveis do PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e PAN. O ponto **2** da **Recomendação n.º 3/75** foi **rejeitado**.-----

----- Vamos passar à votação o ponto **3** da **Recomendação n.º 3/75**. Não há votos contra, abstenção de 6IND, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP, MPT e PAN. O ponto **3** da **Recomendação n.º 3/75** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar à votação o ponto **4** da **Recomendação n.º 3/75**. Não há votos contra, abstenções do PSD e de 6IND, votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP, MPT e PAN. O ponto **4** da **Recomendação n.º 3/75** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Declaração de Voto, relativamente à **Recomendação n.º 3/75** “*Por uma Maior Proximidade da Família à Escola*”, apresentada pelo Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS) e subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves (PS)** no uso da palavra, apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “É só para dar nota que, evidentemente, o papel das associações de pais e encarregados de educação é indispensável e estruturante. Mas só não acompanhamos a sugestão que haja esta ideia que são privilegiadas, necessariamente, em todos os casos, em todas as circunstâncias as associações de pais porque a Cidade de Lisboa é muito diversa, quer no seu perfil de associações de pais, quer no perfil das entidades que prestam este serviço, quer nas próprias freguesias quando o dirigem, diretamente. Portanto, é uma matéria que merece uma análise caso a caso, e portanto, haverá situações em que serão as Juntas em melhores condições, haverá situações em que poderá ser as associações de pais, haverá situações que podem ser as entidades que

promovem, portanto, esta ideia de raiz para todos os casos, geral e abstrata, é excessiva e por isso não acompanhamos. Era só para deixar claro que não está em causa qualquer menosprezo pelas associações de pais, antes pela necessidade de ter uma solução desenhada caso a caso, adequada ao perfil de cada Freguesia, ao perfil de cada escola, ao perfil de cada situação.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Vamos passar então, à votação da **Recomendação n.º 4/75**. O PSD subscreve a declaração de voto que acabamos de ouvir do PS.-----

-----A **Recomendação n.º 4/75**, apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, intitulado “*Pela melhoria da qualidade do ar em Lisboa*” e a Mesa vai por esta Recomendação à votação.-----

----- (A **Recomendação n.º 4/75** fica anexada à presente Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante) -----

----- Foi pedida votação por pontos.-----

----- Vamos pôr à votação os pontos **1 e 3** da **Recomendação n.º 4/75**. Não há votos contra, nem abstenções, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. Os pontos **1 e 3** da **Recomendação n.º 4/75** foram **aprovados por unanimidade**.-----

----- Vamos passar ao ponto **2** da **Recomendação n.º 4/75**. Não há votos contra, abstenção do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP, MPT, 6IND e PAN. O ponto **2** da **Recomendação n.º 4/75** foi **aprovado por maioria**.-----

-----A **Recomendação n.º 5/75**, apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, intitulado “*Jogos tradicionais portugueses*” e a Mesa vai por esta Recomendação à votação.-----

----- (A **Recomendação n.º 5/75** “*Jogos tradicionais portugueses*”, fica anexada à presente Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação n.º 5/75**. Não há votos contra, nem abstenções, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Recomendação n.º 5/75** foi **aprovada por unanimidade**.-----

-----A **Recomendação n.º 6/75**, apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, intitulado “*Estação Ferroviária de Santa Apolónia*” e a Mesa vai por esta Recomendação à votação.-----

----- (A **Recomendação n.º 6/75** fica anexada à presente Ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação n.º 6/75**. Votos contra do PS e do PNP, abstenção de 6IND, votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e PAN.

A **Recomendação n.º 6/75** foi **rejeitada**.-----

-----A **Recomendação n.º 7/75**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, intitulado “*Para a instalação da nova Feira Popular*” e a Mesa vai por esta Recomendação à votação.-----

----- (A **Recomendação n.º 7/75**, fica anexada à presente Ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação n.º 7/75**. Não há votos contra, abstenção de 6IND, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP, MPT e PAN. A **Recomendação n.º 7/75** foi **aprovada por maioria**.-----

-----A **Recomendação n.º 8/75**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, intitulado “*Património Público de Lisboa – Estação Ferroviária de Santa Apolónia – Sim à Reabilitação e Usufruto de Todos - Não à Depredação*” e a Mesa vai por esta Recomendação à votação.-----

----- (A **Recomendação n.º 8/75**, fica anexada à presente Ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação n.º 8/75**. Votos contra do PS e do PNP, não há abstenções, votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, 6IND e PAN. A **Recomendação n.º 8/75** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Declaração de Voto, relativamente à **Recomendação n.º 8/75** “*Património Público de Lisboa – Estação Ferroviária de Santa Apolónia – Sim à Reabilitação e Usufruto de Todos - Não à Depredação*”, apresentada pelo Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS):-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)**, em nome da Bancada, fez a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*Muito obrigado Senhora Presidente, novamente muito telegraficamente só reiterando o que o Partido Socialista já deu nota na declaração, não se trata com o voto de rejeição da Moção, senão a rejeição da Moção em si mesma, não o seu conteúdo.*-----

----- *Não se está neste momento a discutir nem há qualquer elemento que nos permita fazer uma discussão estruturada sobre esta matéria, não há projeto, não há programa, não há propostas para aquele local, daí nos parecer que seja inadequada a colocação desta matéria na agenda e portanto votamos contra o facto de se colocar sequer em discussão um não assunto, uma matéria que não tem existência. Obrigado.*-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Muito obrigado Senhor Deputado Municipal.*-----

----- Muito obrigado também aos Senhores Deputados pela vossa compreensão dos lapsos da Mesa aqui na questão das votações mas creio que está tudo clarificado e votado e, portanto, terminamos o PAOD desta Sessão e sendo assim vamos dar agora início à Ordem do Dia.”-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Vamos então dar início à Ordem do Dia com a primeira proposta que está na Mesa, que é a proposta n.º. 302/2015 da Câmara Municipal de Lisboa, sobre a 1ª. Revisão do Orçamento de 2015 e às Grandes Opções de 2015/2018.*-----

----- **PROPOSTA Nº 302/CM/2015 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2015 E ÀS GRANDES OPÇÕES 2015-2018, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA a) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURIDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº**

75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DA ALÍNEA a) DO Nº 1 DO ARTº 4º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; (2xGRELHA BASE – 68 MINUTOS); -----

----- (anexada à presente ata como **Anexo XVIII**, e dela faz parte integrante); -----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **Anexo XIX**, e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa-tarde a todos. -----

----- A proposta 302/CML/2025 é a primeira Revisão Orçamental de 2015, no fundo o que a Câmara traz à Assembleia para ser apreciado e deliberado é a aplicação do saldo da Conta de Gerência de 2014, no valor aproximado de 11 milhões de euros, que tem uma parte que está consignada e portanto é PIPARU, 72 mil euros, e depois digamos que o substancial do saldo de 11 milhões e 18 mil euros que propomos a sua aplicação para dotar uma rubrica que existo no sentido que propomos a sua dotação no sentido de ir a preparar as eventuais indemnizações a trabalhadores que pretendam aderir ao programa de rescisões por mútuo acordo, que vai à próxima sessão de Câmara, e ainda a aquisição de ações da Valorsul que foram alienadas pela Parque Expo à EGF no sentido de manter a proporção do capital social de título do Município na Valorsul e é basicamente isto. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Antes de dar a palavra ao Senhor Deputado inscrito vamos pedir ao Senhor Deputado Relator, que é o Senhor Deputado Hugo Lobo sequer apresentar sucintamente o seu Parecer, não o vejo aí! Mas não quer, presumo, o Senhor Deputado prescinde de apresentar o Parecer da Comissão, aliás, é um Parecer muito simples e portanto os Senhores Deputados têm-no e ele está no site também.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde. -----

----- Em análise está a proposta 302/CM/2015, a primeira Revisão Orçamental de 2015, a revisão orçamental proposta resulta da integração do saldo de gerência, como aliás já foi explicado, nos termos do articulado do Decreto-Lei 54/99 agora que se encontra fixado com a aprovação dos documentos de prestação de contas referentes a 2014. -----

----- Do saldo em causa 72 mil 903 euros dizem respeito ao financiamento no âmbito do programa de investimento prioritário de áreas de reabilitação urbana e o remanescente que se trata de uma receita consignada destinada a capitais próprios. -----

----- A proposta visa acautelar a necessidade da inscrição do orçamento aprovado na Assembleia Municipal de Lisboa de rubricas de despesas específicas que contemplem eventual pagamento de indemnizações aos trabalhadores que pretendam aderir ao programa de rescisões, nas condições previstas na Portaria 209/2014 de 13/10. -----

----- No novo processamento em vigor deverá ser ainda inscrita uma rubrica específica para aquisições de ações da Valorsul, alienadas ao Parque Expo, à EGF na proporção do capital social detido pelo Município de Lisboa. -----

----- Entendemos que por prudência esta verba deveria ser prevista para acomodar a eventual quebra de receitas da taxa municipal turística cuja arrecadação não será nos moldes em que foi previsto e indo para acomodar a perda de receitas com a taxa municipal de Proteção Civil. -----

----- O Bloco de Esquerda está certo da ilegalidade dessas taxas e pretende até à declaração da sua ilegalidade por esta Assembleia, proposta da qual dará entrada esta semana. -----

----- Conscientes do impacto financeiro de tal proposta e declaração de ilegalidade, mas igualmente consciente que não se faça vencimento nesta Assembleia serão muitos os lisboetas a impugnar estas taxas, preferimos uma visão prudente da execução orçamental pelo que não podemos votar favoravelmente esta proposta de Revisão Orçamental. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado Municipal. -----

----- A Mesa não regista mais pedidos de inscrição pelo que vamos pôr à votação a **Proposta nº 302/CM/2015 - 1ª. Revisão de Orçamento de 2015 e as Grandes Opções de 2015/2018. Quem vota contra? Votos contra do PSD, CDS/PP, PCP PEV e BE. Quem se abstém? Não há abstenções. Votos a favor do PS, PAN, PNPV e 6IND. A Proposta nº 302/CM/2015 foi aprovada por maioria.**-----

----- Vamos passar então aos pontos seguintes da nossa Ordem de Trabalhos, temos agora a Apreciação do Relatório final e da proposta de Deliberação do Debate Temático da Irradicação da Violência contra as Mulheres.-----

----- O Senhor Presidente da 6ª. Comissão é que vai apresentar o Relatório e a Proposta de Deliberação e também se inscreveu para intervir, portanto, ficará naturalmente com dois tempos diferentes, quer dizer, na apresentação do Relatório não se conta o tempo e depois quando quiser começar a falar em nome do seu Grupo sinaliza-nos para se contar o tempo.” -----

-----**ADITAMENTO**-----

----- **APRECIACÃO DO RELATÓRIO FINAL E PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO SOBRE O DEBATE TEMÁTICO “ERRADICAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES”, APRESENTADOS PELA 6ª COMISSÃO PERMANENTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 39º DO REGIMENTO E DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA TOMADA EM 27-01-2014 SOBRE A PROPOSTA 02/CR/2015, DA CONFERÊNCIA DE REPRESENTANTES; (2xGRELHA BASE) - 68 MINUTOS);** -----

----- (anexada à presente ata como **Anexo XX**, e dela faz parte integrante);-----

----- **Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. Senhor Presidente e Senhores Deputados Municipais, relativamente a esta Deliberação Final sobre o Debate Temático da Violência Contra as Mulheres que decorreu em quatro sessões nesta Assembleia, nós tínhamos uma conclusão no Parecer que depois foi rearrumada no sentido de uma Deliberação Final e essa com sua autorização, embora longa, vou-lhe pedir para o poder ler toda na totalidade porque significa de facto a súmula do que ocorreu nessas quatro reuniões, com sua licença então. -----

----- *Tendo presente o Relatório final apresentado pela 6ª Comissão Permanente e pelos 8 relatores das 4 sessões do Debate Temático “**Erradicação da Violência contra as Mulheres**”, bem como as suas conclusões e recomendações, a Assembleia Municipal aprova (ou não aprova, conforme seja o caso) a seguinte deliberação final:* -----

----- **1. Medidas legislativas** -----

----- *Considerando a centralidade da Convenção de Istambul, ratificada por Portugal ou ainda não ratificada por Portugal. Senhora Presidente, eu tenho aqui uma diferença porque penso que há alguma evolução neste ponto... Se tem aí o seu documento.”* -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Municipal, a questão é esta: Portugal já ratificou a Convenção e tenho aqui até o Decreto da ratificação publicado pelo Senhor Presidente da República em Diário da República, portanto, agradecia que isto ficasse clarificado, foi feita a Resolução da Assembleia da República e está no *site* do Diário da República e foi feito o Decreto do Senhor Presidente da República! Creio que isso é o suficiente para ratificar a Convenção e, portanto, ela já foi ratificada por Portugal e já entrou em vigor!” -----

----- **Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Exatamente, como aqui no meu documento ainda esta a não ratificação, eu estava a pedir a sua colaboração porque havia aqui um lapso.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só para vossa informação isto está em pé de página na proposta de deliberação que foi colocada no *site* e a indicação que está é que a Convenção entrou em vigor em 1 de agosto de 2014.” -----

----- **Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, portanto, nessas circunstâncias: *a Assembleia Municipal de Lisboa manifesta, junto dos órgãos de soberania, nomeadamente Assembleia da República e Governo, a necessidade das seguintes medidas:* -----

----- *1. 1 Desenvolvimento premente dos processos de transposição para o direito português das determinações da **Convenção de Istambul**, incluindo as alterações correspondentes na legislação e jurisprudência no Direito de Família e no Código Penal;* -----

- 1.2. *Promoção da equivalência do estatuto de vítima de assédio ao de vítima de violência doméstica;* -----
- 1.3. *Promoção da educação, desde os graus de ensino iniciais, nas questões de igualdade e da cidadania;* -----
- 1.4. *Promoção de uma abordagem holística de comprometimento da sociedade na monitorização do cumprimento das disposições daquela Convenção;* -----
- 1.5 *Deve ser mantida a qualidade de crime público na violência doméstica e de género e no abuso sexual de crianças;* -----
- **2. Defesa de Princípios** -----
- Constatando que a violência doméstica, a violência de género e a violência homofóbica aumentam em contexto de crise, a Assembleia Municipal:* -----
- 2.1 *Alerta para o facto de a violência contra as mulheres ser uma violência de género não confinada ao espaço Casa/Família, existindo noutras múltiplas dimensões, como seja no local de trabalho e em discriminações étnicas ou homofóbicas;* -----
- 2.2 *Reconhece vigorosamente e reafirma a absoluta igualdade dos sexos, com igual responsabilidade, independência e direitos;*-----
- 2.3 *Defende que a prevenção da violência passa pela informação e educação. Erradicar a violência significa retirar a raiz do preconceito e da violência que são indissociáveis, o que só se consegue pela via da educação;* -----
- 2.4 *Insiste na necessidade de a intervenção com crianças e jovens incidir em ações de sensibilização e esclarecimento nas Escolas, pois um cidadão informado é um cidadão capacitado;* -----
- 2.5 *Reitera que não são aceitáveis comportamentos que coloquem as mulheres em situação de submissão ou de indignidade, admitindo-se a denúncia como forma privilegiada de desencadear os mecanismos de proteção da vítima;* -----
- 2.6. *Chama a atenção para a necessidade de acompanhamento ativo como parte integrante da proteção da vítima;* -----
- 2.7 *Sublinha que a prostituição pode, em determinadas circunstâncias, assumir formas de escravatura, incompatíveis com a dignidade da pessoa humana.* -----
- **3. Apelos à sociedade civil** -----
- *Consciente de que, apesar dos progressos já realizados no direito português, persiste um quadro de diferenciação discriminatória transversal na sociedade, no que respeita aos direitos das mulheres, a Assembleia Municipal apela à sociedade civil e a todas a entidades e organizações envolvidas no sentido de:* -----
- 3.1 *Promover a proteção ativa da parentalidade e da autonomia económica e social das mulheres;* -----
- 3.2. *Reforçar as redes de apoio e mobilização de todos os intervenientes na alteração de comportamentos discriminatórios;*
- 3.3 *Para efeitos de prevenção, distribuir e utilizar nas Escolas uma publicação idêntica às produzidas pelo Conselho da Europa, em parceria com o Instituto de Apoio à Criança.* -----
- **4. Recomendações à Câmara Municipal** -----

----- *Atendendo ao conjunto de contribuições recolhidas nas sessões do Debate Temático “Erradicação da Violência contra as Mulheres” e ao I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa 2014-2017, submetido pela Câmara Municipal de Lisboa através da Proposta 330/2014 e aprovado por unanimidade e aclamação nesta Assembleia em 23 de Setembro de 2014, a Assembleia recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que: -----*

----- *4.1 Promova junto dos Jardins-de-infância e Escolas Básicas sob sua administração, sistemas educacionais extracurriculares, sensibilizando e habilitando os educandos nas questões da igualdade e da cidadania;-----*

----- *4.2 Em sequência do processo em curso de revisão do quadro regulamentar de atribuição de habitação social e para garantir esse direito, disponibilize soluções habitacionais, sob a forma de Casas de Abrigo ou outras, em quantidade e tipologia adequada para responder à proteção da vítima e seus filhos, ou eventualmente Casas de contenção para o denunciado/arguido;-----*

----- *4.3 Constitua e mantenha, no plano da política pública municipal, um Gabinete de Apoio multidisciplinar para assistência e orientação das Vítimas durante toda a tramitação processual.” -----*

----- Senhora Presidente, não queria deixar de sublinhar a qualidade que foi impressa a este Parecer pela Senhora Deputada Coo-relatora Sofia Dias, não podia deixar de aqui referir esse facto que é extremamente relevante. -----

----- Com sua autorização passarei então à minha intervenção direta e representativa da posição do Partido Social Democrata.-----

----- Senhora Presidente, referida que está a Deliberação Final do Debate Temático que foi promovido na Assembleia Municipal pela Irradicação da Violência contra as Mulheres foi requerido pelo Grupo Municipal do PAN há que relevar a importância singular de que se revestiu o Debate, dando corpo e continuidade à decisão do Conselho da Europa que recomendou aos agentes sociais e políticos dos países subscritores o apoio a iniciativas de esclarecimento e divulgação dos termos e objetivos da Convenção para a apreensão de combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, comumente designada Convenção de Istambul. -----

----- Não haverá decerto melhor lugar em Lisboa para concretizar essa Recomendação que o Parlamento e sede da democracia, sede da cidadania, a Assembleia Municipal de Lisboa, esta Convenção de Istambul distingue muito claramente na criminologia da violência o combate à violência doméstica de género e particularmente a que é perpetrada contra as mulheres, previne com todas as formas de violência e de discriminação e pretendendo a igualdade real entre géneros. -----

----- A Deliberação Final foi formatada com base na distinção entre os diversos focos para os quais será dirigida, incluindo um bloco de Recomendações à Câmara Municipal de Lisboa nos temas e assuntos que podem depender diretamente do Município. -----

----- Senhora Presidente, em boa-hora teve Vossa Excelência a iniciativa deste Debate que juntou as vozes mais ativas da nossa sociedade no combate até à sua erradicação do flagelo da violência e nas formas para dar remédio às vítimas e suas famílias,

culminando numa Deliberação definidora de princípios da atuação muito específicos, que poderão representar forte contribuição nesta boa luta. -----

----- Senhora Presidente valeu a pena! Tudo vale aliás a pena neste combate que é de todos! Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Municipal, sem qualquer menosprezo pela referência elogiosa que fez à Deputada Sofia Oliveira Dias, que tem sido uma excelente relatora em vários trabalhos, que neste caso não foi e, portanto, apenas retifico, que não tem qualquer problema, retifico e aproveito para em seu nome e meu, se não se importa, agradecer aos relatores, aos oito relatores dos Debates Temáticos que foram os Senhores Deputados Municipais Rosa Maria Carvalho da Silva, Maria Begonha, Diogo Moura, Floresbela Pinto, Sobreda Antunes, Cristina Andrade, Luís Lucas e Ana Páscoa. -----

----- Mas foi o trabalho da 6ª. Comissão, que o Senhor Deputado preside, que permitiu que depois destes quatro Relatórios dessas oito pessoas fosse possível extrair uma Deliberação Comum que aqui trazemos hoje. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários da Mesa, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Caro Público. -----

----- Queria em primeiro lugar obviamente saudar a Mesa da Assembleia Municipal e tanto os Senhores Deputados Relatores das várias sessões e do Relatório Final, bem como o Deputado proponente deste Debate Temático da Irradicação da Violência contras as Mulheres, o Deputado do PAN, Miguel Santos, que todos contribuíram para a sua realização e sucesso. -----

----- Enquanto este grave problema social existir, enquanto uma única mulher sofrer violência física ou psicológica nenhum decisor interveniente político pode ficar alheio ou demitir-se do efetivo contributo para a erradicação deste fenómeno, daí que em boa-hora a Assembleia Municipal de Lisboa deu atenção a este tema contribuindo para a informação e esclarecimento, uma vez que os fenómenos de violência doméstica e de género são uma verdade incontestável e com números preocupantes e se atualmente temos uma melhor perceção e conhecimento dos números tal deve-se ao foco mediático que tem dado relevância aos crimes cometidos mas também a uma sociedade mais vigilante e proactiva onde a frase “entre marido e mulher não metas a colher” perde peso e é um sistema que nas suas diversas vertentes e entidades institucionais tem melhorado a sua eficácia. -----

----- Porém este drama continua e repete-se todos os anos e do outro lado dos frios números estão pessoas e as suas vidas! Não podemos nem devemos ignorar! -----

----- Quarenta homicídios conjugais em 2013, 30 vítimas mulheres e 10 homens. Dezenas de vítimas de violência doméstica, no trabalho, na escola e em muitas outras formas, mas nem que fosse só uma a nossa preocupação não pode nem deve diminuir.-

----- A título de exemplo a violência doméstica é um fenómeno muito complexo, com uma realidade e resposta complexas que exige uma atenção permanente de todos, nomeadamente o legislador, aliás, são do conhecimento público, com o aparecimento de novas formas de violência como a que vem acontecendo em relação a filhos que agridem física e psicologicamente mães e avós por motivos económicos ou violência consubstanciada em chantagem e submissão entre jovens namorados. -----

----- De forma consequente e complementar às políticas dos sucessivos Governos, que têm sido muitas e em diversas áreas e aproveitando os contributos técnicos e testemunhos que por aqui passaram, centrados nas respostas sociais, legislação e proteção de vítima e cientes também das capacidades mas das fragilidades e deficiências do sistema, procuramos reforçar não só a resposta de nó para os agressores mas também a situação da vítima, vítima direta que sofre a violência física e a vítima indireta que assiste à agressão, nomeadamente os filhos, e o fortalecimento da sua tutela judicial. -----

----- Além da proposta de deliberação que a 6ª. Comissão e os Relatores das Sessões de Debates Temáticos, no qual me incluo, hoje apresentam e que subscrevo, saliento alguns eixos de intervenção para que haja sucesso no combate a este drama e que se centram na nossa opinião na celeridade que deve existir na fase inicial do processo após denúncia/queixa o Ministério Público deve proceder ao interrogatório e avaliação de medidas de coação do agressor e proteção da vítima no menor curto espaço de tempo, na necessidade efetiva e primordial de conjugar as decisões e sentenças proferidas pelo Tribunal de Família e Menores e pelo Tribunal Civil tendo em conta o superior interesse das vítimas e de proteção do núcleo familiar. -----

----- Na obrigatoriedade do regime da prova com a ponderação, se necessário, de medidas de proteção da vítima sempre que os processos culminem com a suspensão da execução das penas de prisão que em 2013 foram mais de 80% dos casos de violência. -----

----- Na garantia de proteção às vítimas de violência doméstica logo que ocorre uma denúncia é fundamental a confiança no sistema e à eficácia de qualquer plano de combate a esta realidade. -----

----- Na existência também de campanhas de sensibilização destinadas a alunos e encarregados de educação onde a Câmara tem um papel fundamental. -----

----- Na existência de condições de acolhimento condignas nas esquadras que garantam conforto e privacidade de quem apresenta queixa. -----

----- No aumento de meios e recursos à rede pública de apoio à vítima. -----

----- No estabelecimento do atendimento prioritário para as vítimas de violência doméstica no Instituto de Emprego e Formação Profissional. -----

----- Na alfabetização e a capacitação das mulheres vítimas de violência doméstica eliminando a sua dependência económica e psicológica e na avaliação da possibilidade das casas de retenção, por contraponto às casas de acolhimento que penalizam as vítimas ao invés dos agressores. -----

----- Este é um trabalho que deve ser coletivo onde o que nos une é seguramente maior e superior ao que nos separa porque estamos a falar de direitos humanos, da dignidade

humana, da livre escolha, do direito à vida, à segurança, à autodeterminação, à proteção do domicílio, matéria nobre e delicada que nos motiva e que me deu particular orgulho em ser Relator de uma das sessões. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, caros Colegas.-----

----- Terminadas as sessões do Debate Temático da Erradicação da Violência contra as Mulheres estamos hoje a discutir a versão final do Relatório e a proposta de Deliberação sobre o tema.-----

----- Assim, o Partido da Terra saúda todos aqueles que contribuíram para a realização das sessões, desde os Grupos Municipais, aos vários oradores e público presente.-----

----- Nas quatro sessões em que se debateu a problemática da violência contra as mulheres observou-se grande convergência de opiniões quanto à gravidade deste problema, sobretudo quando se trata de violência doméstica.-----

----- Os oradores presentes durante as quatro sessões foram unânimes em afirmar que o ónus da responsabilidade de proteção da vítima ainda hoje recai sobre a própria vítima.-----

----- Como contributo para a resolução do problema os intervenientes focaram a importância da prevenção primária, da educação e da proteção da vítima.-----

----- A prevenção primária passa por um conjunto de ações dirigidas a toda a população, especialmente às camadas mais jovens de forma a terminar com o conceito de promover novas mentalidades, assim defendemos que o caminho para erradicar a violência e o preconceito deve ser feito desde tenra idade, ou seja, a partir do pré-escolar.-----

----- A prevenção de comportamentos violentos nos adultos, jovens e crianças através de sensibilização e de projetos com grupos específicos, deveria envolver diversos níveis do Estado e em especial as Autarquias Locais que pela sua proximidade são um elo essencial na cadeia de comunicação.-----

----- O Partido da Terra considera que as Recomendações propostas pela 6ª. Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania são fundamentais para minimizar os casos de violência contra as mulheres pelo que solicitamos ao Executivo que proceda a todas as diligências necessárias para que estas sejam colocadas em prática.-----

----- Quanto ao Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica de Género integrado no Plano de Ação para os Direitos Sociais é uma ferramenta essencial da intervenção municipal que esperamos vir a dar mais frutos em 2017. Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente.-----

----- Antes do mais queria mostrar a minha satisfação pela realização do Debate pela forma como foi realizado, pelas conclusões, pela qualidade, por tudo aquilo de que se revestiu.-----

----- O Partido Pessoas Animais e Natureza apresentou à Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa a proposta deste Debate Temático pela Erradicação da Violência contra as Mulheres referindo expressamente a Convenção de Istambul, não duvidando na concordância geral de ser imprescindível tanto para os cidadãos de Lisboa como para todos os portugueses de debater, discutir e frisar esta temática. -----

----- Contudo não podemos deixar de referir que é grave estarmos no século XXI, a meio da segunda década e realizar este debate porque ele só acontece porque milhões de mulheres e raparigas do mundo continuam privadas do direito de viverem livres da violência. -----

----- Embora seja muito referida a violência doméstica não os podemos esquecer que esta é apenas uma das formas de violência diariamente cometidas contra mulheres, raparigas, crianças e não só! Ao longo de debate quem não sabia, ficou a saber que a violência é transversal na sociedade e atinge mulheres e raparigas de qualquer meio, idade, raça, religião, estatuto económico e orientação sexual e de que estamos perante crimes contra a humanidade. -----

----- Focamo-nos na designação que estamos a dar a este tema, pela Erradicação da Violência contra as Mulheres, erradicação pressupõe retirar a raiz, a raiz da violência contra as mulheres na nossa sociedade implica duas coisas, retirar a raiz do preconceito e retirar a raiz da violência, as duas são necessárias e isso só pode ser feito por educação, tudo aquilo que possa ser feito pelos planos nacionais ou municipais são paliativos perante este problema e a sua magnitude.-----

----- Foi referido que a educação é fundamental, são os meninos do infantário que têm que ser educados para a igualdade e para a não-violência e ambas são importantes, erradicar a violência e erradicar o preconceito, esta tarefa educativa deverá ter uma orientação clara em todo o território nacional, não se compadecendo com a agora pretendida municipalização, o que no caso presente será um erro. -----

----- A educação para uma cidadania integral onde estará necessariamente presente o respeito pela igualdade de género deverá focar a ausência de preconceitos, de violência para tudo o que nos rodeia. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais.-----

----- Em primeiro lugar também gostaria de mais uma vez saudar esta iniciativa do Debate Temático da Erradicação da Violência contra as Mulheres pois foi um importante contributo para o alertar das consciências sobre este problema. -----

----- Esta temática, como referido no título, abrange a violência doméstica mas vai muito para além pois abarca a violência no trabalho sobre a forma de discriminação de género, combate no tráfico de mulheres e a sua relação com o fenómeno prostituição, aliás, devo dizer que hoje à hora de almoço ouvi uma notícia relacionada com as empregadas das corticeiras que ao fim de oito anos, oito anos de facto de negociação entre essas empresas e os respetivos sindicatos finalmente aprovaram a equiparação do salário aos homens e às mulheres, portanto, isto em 2015 realmente é mais um

triste exemplo aqui do País, de que de facto há discriminação importante também a nível do trabalho.-----

----- A violência contra as mulheres é pois um abuso dos direitos humanos e assenta em preconceitos culturais arcaicos, daí a importância de uma intervenção ao nível educativo e desde os primeiros anos de escolaridade, nesta luta é urgente a conjugação dos esforços, sendo muito importante o papel da comunicação social que aliás nos últimos anos tem vindo a divulgar situações de violência doméstica e de género, contribuindo também para ajudar a mudança das mentalidades. -----

----- Não podemos também ignorar, como provam elevada taxa de incidência e dados estatísticos, que a violência abrange todas as idades, nomeadamente a violência contra os idosos, que ou por não terem consciência dos seus direitos ou por questões económicas não fazem a denúncia de maus tratos a que são sujeitos em regra por familiares próximos.-----

----- A degradação das condições de vida, as privações materiais, a exclusão do exercício dos direitos económicos e sociais são também causa e consequência da violência contra as mulheres, sendo fundamental pois uma intervenção social e política com vista à melhoria das condições de vida das mulheres afetadas pela violência. -----

----- Neste caso como noutros contextos de desigualdade ou qualquer problema social a prevenção deve fazer-se basicamente através de políticas públicas ativas. -----

----- Num contexto de grande consenso, como esta debate aliás revelou, importa uma reflexão sobre a necessidade de coerência entre a legislação já existente, planos contra a violência doméstica e de género, tráfico de seres humanos e que não têm sido acompanhadas de medidas críticas e concretas pelos sucessivos governos. -----

----- É urgente que se criem condições para a segurança e acompanhamento das vítimas que impeçam o perpetuar de situações de violência bem como uma política global de defesa da igualdade efetiva. -----

----- Congratulamo-nos pois este debate foi um contributo importante para a denúncia desta situação e para sensibilização da sociedade civil, sistema educativo, poder judicial e forças de segurança, bem como para a necessidade de agir e erradicar a violência contra as mulheres, combate fundamental para o efetivo cumprimento dos direitos humanos. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Olá a todos e a todas, Cara Senhora Presidente, Secretários, Caro Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, Caros e Caras Colegas e público presente e funcionários. -----

----- Com este Debate Temático a Assembleia Municipal trouxe para a ribalta, para a nossa ribalta o tema da Erradicação da Violência sobre as Mulheres que por razões óbvias é sem dúvida um tema gerador de consensos alargados sobre a urgência de mais e melhores respostas no combate ao fenómeno da violência em geral e de género em particular. -----

----- Foi importante perceber através do contributo dos oradores e da discussão gerada quais os contributos que a cidade e o Município podem trazer para esta batalha. É de louvar ainda a iniciativa desta Assembleia em discutir estes temas e poder assim ajudar localmente o propósito de erradicação da violência doméstica e de género. -----

---- Saudar também o Município de Lisboa pelo trabalho consecutivo que tem feito até agora nesta área, nomeadamente através do Plano Municipal Contra a Violência Doméstica e de Género, da implementação de uma bolsa de fogos específica para vítimas de violência doméstica e por todo o trabalho realizado em parceria que contribui assim para uma melhor consciencialização e combate a esta questão. -----

----- As questões de igualdade de género e da defesa dos direitos humanos que continua a colocar-nos desafios e a todos e a todas enquanto sociedade. -----

----- A violência contra mulheres e raparigas está longe de ser erradicada e merece um trabalho de sensibilização e de vigilância constantes, concertadas para que haja mudanças efetivas, já muito se caminhou e conseguiu alcançar para o objetivo máximo de preservação de valores de igualdade de género e de proteção das vítimas de violência que embora se centre nas mulheres enquanto público diferencial nas estatísticas e não só, cada vez mais ganha dimensões noutros grupos. -----

----- E aqui queria abordar claramente um questão que nos é cara e nem sempre, por dificuldades nossas, tem a ver com o íntimo e tem a ver com muitos tabus e preconceitos que todos temos, é que de facto os lados são cada vez mais feitos de violência contra os homens, de violência contra os idosos, de violência contra LGBTI e aqui nós dizemos claramente, é de facto, não é só o rio que é violento mas as margens deste rio que é agressivo, que é neoliberal provoca este tipo de violência e contra isso é uma panóplia de questões e é um macro sistema que nós temos também e é um pouco o que estamos aqui a fazer. -----

----- Dito isto não esquecer também a questão do assédio, das várias questões aqui envolventes, são necessários instrumentos legais mais eficazes na planização, nomeadamente no que concerne ao assédio sexual ou ao assédio como instrumento de pressão no local de trabalho, como foi referido anteriormente. -----

----- Se a nível legislativo muito se conseguiu não é de todo compreensível que a disfuncionalidade subjetiva dos órgãos judiciais contribua também para a manutenção ou o potenciar de ciclos de violência muitas vezes envolvendo crianças e jovens no processo de vitimização, ou seja, a justiça tem também que ser formada, há novas questões e têm que ser operacionalizadas essas questões. -----

----- Esta realidade apenas poderá ser alterada através de maior sensibilização e de formação nestas áreas por parte de todos os operadores judiciais, de uma maior articulação das instâncias judiciais que se pronunciam nos casos específicos de violência doméstica e eventualmente na criação até de uma resposta única, transversal, abrangente, holística, como já foi dito, na análise e na decisão deste tipo de processos. -----

----- Estando comprovada a eficácia das campanhas de sensibilização e de informação nesta área é imperativo pois continuar a investir de forma continuada na formação de

todos os atores sociais na eficaz e rápida resposta às vítimas de violência assim como no trabalho a realizar com os agressores, também já foi dito e bem.-----

----- A educação para a cidadania e para a igualdade é imperativa nesta mudança de mentalidades e começa no envolvimento das nossas crianças, dos jovens e em todos em geral e todas numa reflexão e mudança de atitudes para em definitivo alterar este estado de coisas.-----

----- Aprecia-me perceber aqui que da bancada esquerda à direita nós estamos todos contra esta questão e implementamos isto na prática, isto é um longo caminho e é possível nós unirmo-nos em volta destas questões e depois lá fora discutimos o resto.”

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Begonha (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Cara Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, público presente.-----

----- Começar também pelo reconhecimento à Assembleia na pessoa da Senhora Presidente pela importância de ter envolvido a cidade neste Debate, também um sinal de apreço ao PAN como Partido requerente desta temática ao qual o PS naturalmente se associa na íntegra.-----

----- O Debate da Erradicação da Violência contra as Mulheres evidencia de facto que a erradicação da violência de género em si mesma, a erradicação de desigualdade de género, portanto, é uma temática em que falamos do aprofundamento e da igualdade plena.-----

----- Houve um reconhecimento de facto de que as mulheres são o alvo mais frequente das formas de violência doméstica, no namoro, assédio, entre outras, no local de trabalho e a par do reconhecimento de um conceito de violência de género que nos envolve num debate mais profundo acerca então das condições de igualdade na nossa cidade mas também no país.-----

----- A violência de género sintomática de facto de uma relação igual de poder e que nos catapultava para a existência alarmante de um número de mulheres, jovens mulheres que em Portugal e na Europa já foram vítimas de alguma forma de violência ou discriminação e que portanto põe em causa de facto o cumprimento de direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos, a Convenção de Istambul tão debatida e a sua ratificação é sem dúvida um marco positivo do aprofundamento do combate à violência, do aprofundamento da proteção da vítima de violência no nosso país, mas devemos olhar também com frontalidade para o crescente número de homicídios, como já foi aqui falado no contexto de violência doméstica, o aprofundamento da desigualdade salarial que nos remete de facto para condições de profunda desigualdade no nosso país, crescentes casos de violência no namoro sinalizados portanto numa faixa etária mais jovem e que a par do aprofundamento e das desigualdades sociais e na redistribuição da riqueza dos últimos anos no nosso país devemos reconhecer que poucos avanços fez nesta matéria nos últimos anos neste matéria.-----

----- Como refere também nas conclusões deste nosso debate a violência doméstica, a violência de género e a violência homofóbica aumentam em contexto de crise,

acrescentaria também que aumenta quando há um Governo que pouco faz pela proteção destes que necessitam demitindo-se bastante desse papel. -----

----- Esta perda de direitos sociais devemos associar a um problema cultural e estrutural aqui tão debatido na nossa sociedade, que de facto coloca diversas mulheres num patamar de desigualdade e este papel cultural que também os convidados antes se referiram associa-se a uma necessidade reforçada de proteção das vítimas e de garantia das condições socioeconómicas para que possam abandonar o meio da sua agressão, para que o agressor não volte a reincidir na violência. -----

----- Estas mulheres muitas vezes estão acompanhadas dos filhos e tem de facto de ser garantida a sus proteção em liberdade e através do Estado, a proteção do Estado nesta maneira e para o Partido Socialista significa procurar os apoios económicos, habitacionais e de proteção necessários, o que implica também uma profunda alteração na relação da guarda e da custódia paternal, contribuindo para uma verdadeira política de proteção da vítima e de prevenção da vítima de violência para que não seja recorrente, em particular na proteção dos jovens e crianças muitas vezes expostos a este cenário. -----

----- Posto este cenário negativo devemos também fazer o reconhecimento do aprofundamento da legislação em matéria de violência de género, de assédio sexual e outras formas de discriminação ou exploração que a par de outras matérias dizem respeito à liberdade e igualdade de direitos no nosso país, de facto se regista uma positiva evolução com um grande contributo do Partido Socialista. -----

----- Também a Câmara Municipal tem feito esse esforço e cumprindo a sua parte desta questão que nos envolve a todos enquanto cidade e a todos os órgãos de soberania, quando por sua iniciativa lança e 1º. Plano Municipal contra a Violência Doméstica, aprovado aqui nesta Assembleia vinculando todos os Deputados ao combate intransigente pela erradicação das formas de violência de género e com um importante passo para cumprir este desígnio de que a erradicação da violência seja uma causa prioritária, sobretudo das políticas públicas também da cidade. -----

----- Portanto revemo-nos no espírito das conclusões deste Debate em que o empenho dos agentes começa também pelo empenho na via da educação e na aprendizagem de uma cidadania que de facto ensine a quebrar preconceitos e barreiras da discriminação e consideramos que a inexistência de uma educação para a cidadania e para uma educação cívica que promova a igualdade enquanto valor incontestável é algo que deve ser combatido, o PS revê-se na totalidade nessa necessidade que deve de facto começar no jardim-de-infância e acompanhar a escolaridade pública. -----

----- Por último terminar a informação felicitando aqueles que acompanharam o nosso Debate, mas em particular os agentes e associações que são vários na nossa cidade que se dedicam a combater a violência, dizendo que o seu esforço é reconhecido nesta Assembleia e com este Executivo através de uma forte aposta na garantia a reforço dos direitos sociais e de uma verdadeira agenda transversal para a igualdade que procura combater todas as formas de discriminação e desigualdade e violência naturalmente que se inscreve neste debate. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Cristina Pires (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, a todos os presentes. -----

----- Em primeiro lugar saudar de facto o debate que foi tido nesta Assembleia relativamente ao tema que agora chega ao fim com este Relatório Final, saudar também o trabalho da 6ª. Comissão que foi extremamente importante, foi alargado e houve um esforço bastante grande de se chegar a um Relatório e a uma Proposta de Deliberação que transparecesse aquilo que foi dito e às conclusões que foram chegadas durante os vários debates e, portanto, parece-me que de todas as formas esta Assembleia deverá também ao máximo divulgar o mais amplamente possível este Relatório porque pode ser importante até para o meio escolar, por exemplo, faculdades, projetos de investigação, portanto, é um instrumento muito importante nesse sentido. -----

----- Relativamente à Deliberação e às conclusões a que se chegaram gostaríamos de ressaltar apenas alguns pontos que nos parecem não mais importantes do que os outros mas que merecem algum destaque, nomeadamente a questão da promoção da educação nas questões para a igualdade, o que é fundamental e imperativo enquanto pilar para a mudança das mentalidades que acima de tudo dos vários debates e das conclusões a que se chegaram aquilo que se denota é que o grande problema e onde fomenta a violência tem a ver com a educação e com a mentalidade e, portanto, é daí que temos que começar e nesse sentido aqui a Assembleia e a Câmara Municipal podem ter um papel fundamental. -----

----- Em segundo lugar promover também sempre a igualdade a todos os níveis, seja ao nível da educação, laboral visto também que a Câmara pode ter um papel na questão económica e colmatar de alguma forma as desigualdades também a nível económico que com a crise se acentuam e que como foi visto afetam mais as mulheres do que os homens, neste caso. -----

----- Por fim uma questão de que tenho vindo a falar em alguns sítios porque me parece extremamente importante e que tem a ver com a habitação, o acesso à habitação e que foi proposto que foi aqui incluído e que é de saudar, em que portanto possa haver, até porque a Câmara tem um papel fundamental que o Estado não tem aqui neste caso, no acesso à habitação municipal ou à habitação social e, portanto, possa haver um caminho para que estas situações sejam tidas em conta de forma mais importante quando toca ao acesso à habitação, porque aquilo que foi falado também e que foi transversal a todos os debates prende-se exatamente com isso, com a falta de capacidade e de autonomia que a mulher tem quando tem que sair dessas situações e a habitação é um pilar absolutamente fundamental nesse sentido. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, chegámos ao fim do debate deste ponto sobre o Relatório Final e a Proposta de Deliberação resta-nos agora pôr à vossa votação a **Proposta de Deliberação** apresentada pela 6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania sobre o Debate Temático “Erradicação da Violência contra as Mulheres”, a

Mesa vai pôr esta **Proposta de Deliberação** à votação. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Não há abstenções. Está **aprovada por unanimidade** e a Mesa propõe que seja **por aclamação**.-----

----- Senhores Deputados Municipais, é a segunda vez que aprovamos por unanimidade e aclamação numa matéria sobre a violência doméstica, isto responsabiliza-nos ainda mais na necessidade de realmente travar este combate e, portanto, fica registado hoje em Ata e a Mesa dará a mais ampla difusão.-----

----- Entretanto saliento que o Relatório está disponível no site e foi incluído no site em anexo ao Relatório todas as apresentações quer foram feitas durante o Debate, os links para os filmes que foram apresentados durante o Debate, as intervenções escritas que foram feitas durante o Debate, porque pensamos que é útil que toda essa recolha de elementos esteja arrumada e, portanto, disponível. -----

----- Posto isto, Senhores Deputados, vamos passar ao ponto 3 da nossa Ordem de Trabalhos, as Demonstrações Financeiras Consolidadas.” -----

----- **APRECIACÃO DA PROPOSTA 320/CM/2015 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DE 2014 DO MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA a) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013 E DO ARTIGO 76.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO; (2xGRELHA BASE 68 MINUTOS);** -----

----- (Proposta n.º. 320/CM/2015 é anexada à presente ata como **Anexo XXI**, e dela faz parte integrante);-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **Anexo XXII**, e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria ter avisado e esqueci-me no início da sessão, mas aviso agora que o **Ponto 4, Proposta n.º. 258CM/2015 está adiado** porque os Pareceres da 3ª. e 5ª. Comissões, ainda não estão concluídas, como surgiram dificuldades, ainda não estão concluídos e, portanto, queria desde já registar isso para que se algum Senhor Deputado Municipal tivesse intenção de se inscrever ficar já notificado que não há hoje a discussão do Ponto 4. -----

----- Vamos passar agora ao Ponto 3 e o Senhor Vereador João Paulo Saraiva tem a palavra para fazer a apresentação desta proposta, se faz favor.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado. Boa-tarde mais uma vez a todos, eu venho hoje trazer-vos aqui a proposta 320/2015 - Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município de Lisboa e queria começar por salientar toda a colaboração que foi desenvolvida pela Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, nomeadamente a sua Presidente Irene Lopes, para que hoje pudéssemos ter aqui, e a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, para que hoje pudéssemos ter aqui esta proposta em votação. -----

----- Salientar também que é com orgulho que vos digo para começar esta intervenção que mais uma vez cumprimos todos os prazos que a lei determina sobre esta matéria e a proposta, esta mesma aprovação em Câmara, que é isso que a lei manda, foi enviada ao Tribunal de Contas a 26/6 e logo que esta Ata desta reunião, nomeadamente esta aprovação em minuta, esteja disponível poderemos entregá-la ao Tribunal de Contas para completar o processo, é isto que a lei determina e, portanto, em matéria de prazos pelo menos estamos a cumprir o que a lei determina e nas outras também, mas não queria deixar de salientar isto, porque isto significa um esforço dos serviços muito grande, dos Serviços da Direção Municipal de Finanças do Município de Lisboa e também dos Serviços de Finanças das Empresas Municipais e dos seus Conselhos de Administração e digamos que esta matéria eu gostaria que rapidamente deixássemos de referir a questão dos prazos porque ela é um dado adquirido e passemos exclusivamente a discutir as questões mais substantivas, mas no entanto não queria deixar de salientar mais uma vez que estamos a cumprir os prazos. -----

----- A proposta sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2014 decorre de uma obrigação legal mas ela não traz muito de novo, ela está feita para que todo o universo dos municípios possa ser consolidado nas mesmas demonstrações financeiras mas como de facto o peso do Município de Lisboa relativamente àquilo que são as suas empresas municipais, recorde, EGEAC, GEBALIS, SRU e EMEL é tão esmagador que as conclusões que são tiradas e os indicadores e os rácios financeiros são idênticos àquilo que são rácios da Câmara, que não são alterados por aquilo que é a pequena expressão nos grandes números da Câmara das empresas municipais e, portanto, e sem mais delongas eu terminava por aqui, ficando disponível para todas as questões que vos parecerem convenientes. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados Municipais, o Relator desta proposta é o Senhor Deputado Hugo Lobo a quem em pergunta agora se quer fazer uma apresentação do Parecer, rapidamente assim fará, portanto vem aqui subir à tribuna para apresentar o Parecer da 1ª Comissão. -----

----- Eu aproveito enquanto o Senhor Deputado chega à tribuna para informar os Senhores Deputados que no site da Assembleia Municipal, na área intitulada divulgação está um indicador que diz “publicações”, todos os instrumentos de gestão financeira da Câmara, Orçamentos, opções de Plano, Contas, Contas Consolidadas, estão reunidas aí, portanto, se alguma vez precisarem de consultar rapidamente têm acesso a todos os instrumentos de gestão financeira da Câmara Municipal através do site da Assembleia. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra, na apresentação do respetivo Parecer, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Serei de facto muito breve, penso que o Senhor Vereador na intervenção que fez já aflorou basicamente os pontos que eu ia aqui referir, obviamente que o

cumprimento de uma importante obrigação legal por parte desta Assembleia e com estas Demonstrações Consolidadas temos efetivamente um retrato global e integrado das Finanças do Município, abrangendo o universo das empresas municipais. -----

----- Permite ainda assim que estas Demonstrações evidenciam os dados positivos de boa parte do setor empresarial da Câmara, referia nomeadamente a EMEL e a EGEAC. -----

----- Sublinhava naturalmente a relevância que aqui tem a integração das contas da EPUL e evidenciava esses movimentos e, enfim, penso que como o Senhor Vereador disse e em virtude da reduzida expressão face ao conjunto do universo, daquilo que já era conhecido das Contas da Câmara não há aqui uma alteração significativa daquilo que são as grandes linhas e os grandes dados dos quais esta Assembleia já teve oportunamente conhecimento e que já teve oportunidade de discutir. Obrigado” -----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. -----

----- A mesa não regista aqui pedidos de palavra, portanto, sendo assim vamos passar de imediato à votação da **Proposta 320/CM/2015**. Quem vota contra? Votos contra do PSD, PCP, BE e PEV. Quem se abstém? Abstenções do CDS/PP, MPT e PAN. Votos favoráveis do PS, PNPV e 6 IND. A Proposta **foi aprovada por maioria**. -----

----- Senhores Deputados, a **Proposta 258/CM/2015**, como eu já tive ocasião de explicar, está **adiada**. -----

----- Vamos entrar agora no ponto 5 da nossa Ordem de Trabalhos, trata-se do ponto 3 de Proposta nº. 298.” -----

----- **APRECIACÃO DA PROPOSTA 258/CM/2015 – REGULAMENTO DE INFRAESTRUTURAS EM ESPAÇO PÚBLICO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº 7 DO ARTIGO 112º E NO ARTIGO 241º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, NO ARTIGO 3º DO REGIME JURIDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO, APROVADO PELO DECRETO-LEI Nº 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, NA ALÍNEA g) DO ARTIGO 14º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NO ARTIGO 27º E Nº 1 DO ARTIGO 28º DO DECRETO LEI Nº 280/2007, DE 7 DE AGOSTO, NOS ARTIGOS 35º E 37º DO REGULAMENTO GERAL DE EDIFICAÇÕES URBANAS, APROVADO PELO DECRETO-LEI Nº 38382, DE 7 DE AGOSTO DE 1951, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, NOS ARTIGOS 135º E SEQUINTE DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, E NA ALÍNEA g) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURIDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (2xGRELHA BASE - 68 MINUTOS);** -----

----- (A Proposta nº 298/CM/2015 é anexada à presente ata como **Anexo XXIII**, e dela faz parte integrante);-----

----- (O **Parecer Conjunto** das 1ª e 7ª Comissões, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e Comissão Permanente de Cultura, Educação,

Juventude e Desporto, respetivamente, fica anexado à presente Ata como **Anexo XXIV**, e dela faz parte integrante.)-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Trata-se portanto do ponto 3 desta proposta, os outros pontos desta proposta já foram aprovados pela Câmara e são competência da Câmara, a nós compete-nos apreciar o ponto 3, que é a Celebração do Contrato de Programa e, portanto pergunto porque não sei se é a Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto ou se é o Senhor Vereador João Pedro Saraiva que apresentam. -----

----- É o Senhor Vereador João Paulo Saraiva que irá apresentar a proposta, é uma proposta conjunta dos dois Senhores Vereadores.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, eu começava desde já por referir que da análise desta proposta por parte das Comissões, da 1ª e da 7ª Comissões, resultaram algumas alterações ao texto do contrato de programa, que são pequenos lapsos que importava corrigir e não sendo questões muito relevantes eu penso que a Câmara Municipal poderá alterar esta questão sem mais nenhuma intervenção, é uma correção que é feita na cláusula 5ª., onde se diz no ponto 1 “página 3” passa a ser “página 5” e no ponto 2 da mesma clausula considera-se eficaz ou eficiente, passa a ser “eficaz e eficiente” e, portanto, nós assumimos estas alterações sem mais.” -----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador, eu creio que a interpretação que a Mesa fez também em Conferência de Representantes ontem foi que eram apenas erros materiais, é uma coleção de erros materiais, portanto, não é necessário voltar à Câmara, nós próprios quando enviarmos para Boletim Municipal enviaremos com a correção que agora foi assinalada pelo Senhor Vereador, a cláusula 5ª. do Contrato de Programa tem estas duas correções materiais no seu ponto 1 e ponto 2.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, então passado esse ponto desta proposta consubstancia um subsídio à exploração à atividade da EGEAC no valor de 7 milhões e 100 mil euros para o ano de 2015. -----

----- Como sabem a atividade da EGEAC é uma atividade sem o subsídio à exploração da Câmara é uma atividade deficitária e, portanto, a Câmara Municipal propõe aqui que se cubra esse deficit de exploração através de um subsídio à exploração no valor referido. -----

----- A atividade da EGEAC é conhecida, o Plano de Atividades também e, portanto, eu dispensaria mais apresentações sobre este contrato de programa.” -----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador, agora sim íamos pedir que o Senhor Deputado Municipal Diogo Leão prescinda da apresentação do Parecer e, portanto, sendo assim vamos dar a palavra aos Senhores Deputados inscritos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhora e Senhores Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- A nossa intervenção é muito simples, é para manifestar a posição de princípio que desde há muitos anos vimos tendo face a esta matéria, que é o esvaziamento das responsabilidades da Autarquia, Câmara Municipal, e a passagem para a EGEAC cada vez de mais responsabilidades e intervenção na cidade. -----

----- Obviamente que para nós a atividade da entidade EGEAC e da Câmara Municipal podiam completar-se, mas não é isso que acontece, tal como assinalámos na Câmara, e até se vê pela votação do dinheiro que é transferido nas verbas há um aumento, digamos, da atividade da EGEAC e há um decréscimo da atividade da Câmara Municipal e nós sentimos isso nomeadamente a nível das estruturas educativas locais, que são culturais, não há uma política cultural por parte da Câmara Municipal e a Câmara devia assumir uma política de desenvolvimento cultural.-----

----- Não tiramos a valia e a importância das atividades da EGEAC mas salientamos sempre este aspeto que de facto é digamos que uma perda para a nossa cidade. -----

----- Queríamos assinalar que é de tal modo importante hoje em dia a atividade da EGEAC que uma Vogal do Conselho de Administração da EGEAC na Câmara Municipal na discussão disse esta coisa interessante: “Queria dar uma nota que este ano a EGEAC completa 20 anos de atividades e daí que teremos um programa próprio”, sublinho “próprio”, “ao longo do ano todo para assinalar toda a atividade da EGEAC”, ou seja, cada vez mais isto se configura como um Estado dentro do Estado. -

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Com todo o respeito pela intervenção do PCP eu queria só recordar, para que não restem dúvidas que as empresas municipais fazem parte do universo municipal e quem emana para as Empresas Municipais as orientações de gestão e as orientações estratégicas é a Câmara Municipal e que as Empresas Municipais estão obrigadas a cumprir a mesma legislação do ponto de vista da contratação que o Município. -----

----- As questões que o PCP costuma levantar e que eu de alguma forma compreendo, tem a ver com o escrutínio, mas nós também aí nos estamos a comprometer a aumentar o número de vezes, aliás cumprindo o que está na Lei em que as Empresas Municipais prestam contas ao Município de Lisboa, no caso nomeadamente à Câmara Municipal e com isso, como é evidente, permitindo que também esta Assembleia possa ter acesso aos mesmos documentos e escrutinar mais essa atividade.-----

----- Eu recordo que as Empresas Municipais são um instrumento, que eventualmente pode ter alguns inconvenientes, mas que do ponto de vista do seu funcionamento, mas eu considero que se colocarmos nos pratos da balança os inconvenientes com aquilo que são as vantagens, certamente as vantagens são muito poderosas, permitem-nos fazer algumas com maior flexibilidade, alguma atividade e alguma operacionalização de alguma atividade que seriam muito difíceis nas regras com que funcionam os

Municípios e, portanto, elas fazem parte dos instrumentos de gestão do Município, são úteis e não é verdade que digamos que aquela ideia de que coloca-se na Empresa Municipal e perde-se o controle, ela não corresponde à verdade, a Vereadora das Finanças e dos Recursos Humanos têm, para além de evidentemente a própria Câmara Municipal, toda a possibilidade de acompanhar a monitorizar, dar orientações estratégicas, dar orientações de gestão para as Empresas Municipais. Muito obrigado.”

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador, o Senhor Deputado Modesto Navarro pede a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vem à memória aquela célebre frase de que falamos quando falamos de cultura, estávamos a falar de cultura, não estávamos a falar das obrigações das Empresas Municipais perante a Câmara Municipal e perante a Assembleia Municipal, falamos de conteúdos e a nossa intervenção foi sempre nesse sentido, é que a Câmara tivesse e agilizasse as suas políticas, sendo que obviamente as Empresas Municipais têm a sua especificidade e realizam o seu trabalho, obviamente acompanhado e dirigido pela Câmara e pela Assembleia, obviamente, nisso estamos de acordo. -----

----- Mas estamos a falar de outra matéria, de outra essência que é ter programas de desenvolvimento, como por exemplo para o desporto, de certo modo volta a haver um programa para o desporto na Câmara Municipal, também na área da cultura a Câmara deveria ter uma atividade específica que fosse desenvolvimento mais geral da cidade e que pudesse enquadrar essa atividade com as Juntas de Freguesia, com as estruturas locais no desenvolvimento, no acesso àquilo que é um bem que está na constituição da República, que é o acesso à fruição e o acesso à criação da população do país, no caso da população da Cidade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, eu só queria relembrar ao Senhor Deputado que na verdade a intervenção cultural da Câmara faz-se não só através de EGEAC como também através da Direção Municipal da Cultura. -----

----- Tem havido um trabalho nos últimos anos de articulação destes dois instrumentos de ação da Câmara no sentido de ambos serem convergentes do ponto de vista político, portanto, de prosseguirem os mesmos objetivos a partir de maios diferentes, sendo que a EGEAC maioritariamente é uma empresa que gere equipamentos e que perfaz a programação do espaço público e a Direção Municipal de Cultura desenvolve políticas de apoio ao setor privado, aos agentes culturais privados através dos apoios que dá e além do mais também através do programa das bibliotecas, do arquivo, do Departamento de Património, portanto, no fundo o facto de existir a EGEAC só vem potenciar alguma intervenção cultural da Câmara que é também como referi desenvolvida pela Direção Municipal, portanto, todo o apoio ao terceiro setor passa pela Câmara. -----

----- Depois lembro que neste momento as Juntas de Freguesia têm umas competências próprias na área da cultura e, portanto, todo o apoio ao tecido associativo se deverá fazer também através das Juntas de Freguesia. -----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora. -----

----- Vamos neste momento passar à votação, trata-se do Ponto 3 da Proposta nº. 298/CM/2015. A Mesa vai pôr à votação o **Ponto 3 da proposta 298/CM/2015**, chamo a atenção que houve uma correção de dois erros materiais na cláusula 5ª. do Contrato de Programa anexo à proposta e vamos passar à votação. Quem vota contra? Há um voto contra do CDS/PP. Quem se abstém? Abstenções do PSD, PAN, PCP e MPT. Votos a favor do PS, BE, PEV, PNP e 6 IND. A proposta foi **aprovada por maioria**. -----

-----O Contrato de Programa está aprovado com estas retificações e será devidamente publicado no Boletim Municipal.-----

----- Vamos agora passar à apreciação de proposta 305/CM/2015.” -----

----- **APRECIACÃO DA PROPOSTA 305/CM/2015 –RENOVAÇÃO DA INTENÇÃO DE CEDÊNCIA DE LOTES DE TERRENO APROVADA PELA DELIBERAÇÃO 6/AM/99 E DA DELIBERAÇÃO PARA A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA CHELAG, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA i) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (GRELHA BASE – 34 MINUTOS)**; -----

----- (Esta Proposta é anexada à presente ata como **Anexo XXV**, e dela faz parte integrante); -----

----- (O **Parecer Conjunto** das 3ª e 5ª Comissões, Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local e Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, respetivamente, fica anexado à presente Ata como **Anexo XXVI**, e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Trata-se da revogação da intenção de cedência de lotes de terreno aprovado por uma deliberação de novembro de 99 pela assembleia Municipal e também revogar a deliberação da Assembleia Municipal para a construção de um direito de superfície a favor da CHELAG, uma cooperativa que efetivamente não desenvolveu o trabalho que tinha pensado fazer e, portanto, desistiu de certa maneira de desenvolver este projeto. -----

----- Eu não sei se a Câmara quer apresentar a proposta? Acho que dispensa a apresentação. -----

----- Nós temos dois Pareceres, um Parecer da 1ª. Comissão e outro da 3ª. Comissão, são os Senhores dois Deputados, cada um deles quer apresentar. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro se faz favor, em representação da 3ª. Comissão, como relator do Parecer.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, a matéria em si é unânime, mereceu unanimidade na Câmara e merece com certeza unanimidade aqui na Assembleia, mas vale a pena ler alguma matéria do nosso Parecer para entendermos a que ponto é que chegou o movimento cooperativo, digamos também, nesta cidade! -----

----- E diz a proposta nº. 305: “Para concretizar a primeira fase do Programa Habitacional Cooperativo na Rua das Barracas, compreendido entre a Rua de Santa Bárbara, a Rua das Barracas, o Largo de Santa Bárbara e o Beco do Petinguim foi aprovarmos nos termos da deliberação, são duas deliberações, em reunião da Câmara em 13/9/2005 desafetar do domínio público as áreas indicadas, a constituição do direito de superfície pelo prazo de 70 anos eventualmente prorrogável a favor da CHELAG, Cooperativa de Habitação Económica do Alto do Lagoal. -----

----- A sujeição do direito de superfície, ao protocolo de cooperação entre o Município e a FENHACHE nos termos da deliberação 4/CM/2011 foi aprovada em 11 de janeiro a operação em loteamento de iniciativa municipal na Rua das Barracas, Rua de Santa Bárbara, com as condições aí mencionadas a verificar até ao deferimento da operação urbanística.” -----

----- Esta proposta de operação de loteamento de iniciativa municipal foi elaborada em parceria entre a GHELAG e os Serviços Municipais. -----

----- Na proposta 305/2015, agora, vem a Câmara Municipal considerar que não foi formalizada a constituição do direito de superfície a favor da CHELAG e que até à presente data apesar do tempo decorrido desde a aprovação do projeto de loteamento de iniciativa municipal, acima mencionado, ainda não foram apresentados os projetos de arquitetura pela CHELAG, obrigação que decorre do protocolo celebrado com a FENACHE. -----

----- Acrescenta ainda a Câmara Municipal que importa reabilitar a referida zona criando condições para aproveitar o parque habitacional existente e rejuvenescer o tecido social fazendo face às carências sociais existentes, pelo que se dá a notícia na proposta que a intenção de revogação foi comunicada esta revogação à FENACHE que lamenta o sucedido, manifestando a sua disponibilidade para colaborar e à CHELAG que nada disse até à presente data. -----

----- Assim deliberou a Câmara Municipal aprovar e submeter à Assembleia Municipal a revogação da intenção de cedência dos lotes de terreno acima descritos e integrados na parte deliberativa da proposta 305, pontos 1 e 2.-----

----- Conclusão, face a esta proposta apresentada pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, a Comissão Permanente do Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local reúne no dia 8 de junho de 2015 e considerou que a proposta da revogação estava devidamente fundamentada e justificada pelo que entendeu por unanimidade dos Senhores Deputados presentes propor à Assembleia Municipal a sua apreciação, cabendo aos Grupos Municipais a discussão e votação em plenário. Muito obrigado. -----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----
----- Pergunto à Senhora Deputada Ana Páscoa se quer apresentar ou se prescinde da apresentação? Prescinde da apresentação mas o sentido do Parecer é convergente, o parecer da 1ª. Comissão é convergente com o Parecer da 3ª. Comissão e, portanto, Senhores Deputados, a Mesa não regista pedidos de palavra.-----
----- Estamos em condições de pôr à votação a **Proposta nº. 305/CM/2015**. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Abstenções do PSD. Votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS/PP, PEV, MPT, PAN, PNPV e 6 IND. A proposta está **aprovada por maioria**. -----
----- Senhores Deputados, temos três propostas de Repartição de Encargos que eu poria agora à vossa consideração em conjunto.” -----
----- **APRECIACÃO DA PROPOSTA 354/CM/2015 –REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM, LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 24º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DOS NºS 1 E 6 DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO, BEM COMO DA ALÍNEA c) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; (GRELHA BASE – 34 MINUTOS);** -----
----- (Esta proposta é anexada à presente ata como **Anexo XXVII**, e dela faz parte integrante);-----
----- **APRECIACÃO DA PROPOSTA 355/CM/2015 –REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA SUPERSTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 24º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DOS NºS 1 E 6 DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO, BEM COMO DA ALÍNEA c) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; (GRELHA BASE – 34 MINUTOS);** -----
----- (Esta proposta é anexada à presente ata como **Anexo XXVIII**, e dela faz parte integrante);-----
----- **APRECIACÃO DA PROPOSTA 356/CM/2015 – NOVA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO À AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, DESOBSTRUÇÃO E INSPEÇÃO DE COLECTORES DO MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO Nº 6º DA LEI Nº 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO, REGULAMENTADA ATRAVÉS DO DECRETO-LEI Nº 127/2012, DE 21 DE JUNHO E DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO; (GRELHA BASE – 34 MINUTOS);** -----
----- (Esta proposta é anexada à presente ata como **Anexo XXIX**, e dela faz parte integrante);-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Pergunto se a Câmara quer apresentar estas Propostas? Habitualmente não o faz, também dispensa neste momento. -----
----- Algum dos Senhores Deputados Municipais se inscreve? A Mesa não regista pedidos de inscrição. -----
----- Vamos então pôr à votação uma por uma cada uma destas Repartições de Encargos. -----
----- A **Proposta n.º 354/CM/2015**, quem vota contra? Não há votos contra. Votos de abstenção do PSD. Votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS/PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. **Aprovada por maioria.** -----
----- A **Proposta n.º 355/CM/2015**, quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Abstenções do PSD e do CDS/PP. Votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. **Aprovada por maioria.** -----
----- A **Proposta n.º 356/CM/2015**, quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Abstenções do PSD e CDS/PP. Votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. **Aprovada por maioria.** -----
----- Senhores Deputados Municipais, chegámos ao fim dos nossos Trabalhos. De hoje a uma semana teremos novamente Assembleia Municipal e chegar-vos-á a Ordem de Trabalhos amanhã com os respetivos documentos. -----
----- Peço aos Senhores Deputados Municipais então que não se esqueçam que para a semana além da Sessão de terça-feira temos uma Audição Pública sobre a Alienação de Terrenos da Feira Popular na quinta-feira às 18h 30m, não é uma sessão da Assembleia, é uma Audição Pública em que naturalmente os Senhores Deputados estão para ouvir e não para falar, mas estão todos convidados a ouvir o que é que a população querará dizer sobre esta matéria. -----
----- Muito obrigada Senhores Deputados Municipais. -----
----- Senhores Deputados Municipais, antes de encerrar a sessão há aqui uma correção de uma votação que o Partido Comunista me está a solicitar para fazer e para que fique em Ata tem que ser com o conhecimento de todos os Senhores Deputados a correção: na proposta n.º 354/CM/2015, no ponto 7 da Ordem de Trabalhos, o voto do PCP era um voto favorável e não um voto contra, portanto, os Serviços que tomem também a devida nota. -----
----- Muito obrigada Senhores Deputados Municipais.” -----
----- A sessão terminou, eram dezassete horas e cinquenta minutos. -----
----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----
-----A PRESIDENTE -----

